Revista da Academia
Sul-Mato-Grossense de Letras

Apoio cultural:
Prefeitura Municipal de Campo Grande.

Distribuição gratuita.

Revista da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

n. 8

junho de 2005

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras
Campo Grande – Mato Grosso do Sul

A Revista da Academia
Sul-Mato-Grossense de Letras
foi criada em 2003, na presidência
do acadêmico F. Leal de Queiroz.

Seleção, diagramação e revisão:
H. Campestrini.

Academia Sul-Mato-Grossense de Letras
Rua Rui Barbosa, 2.624 – fone/fax (67) 382-1395
79002-365 Campo Grande MS
www.acletrasms.com.br
end. eletr.: acletrasms@acletrasms.com.br

Sumário

Hélio Serejo.
. Discurso de posse – 11.
. As heroínas dos hervais – 15.
. Alma boêmia – 15.
. Os Balbuenas – 17.
. Contribuição cultural e folclórica – 20.
. O declínio – 23.
. Avanço fluvial – 25.
. Conchavação – 25.

Antologia
. O mestiço do guarani. *José de Melo e Silva* – 29.
. O combate de Nhandipá. *Visconde de Taunay* – 35.
. A Praça dos Prazeres de Iguatemi. *J. Barbosa Rodrigues* – 40.
. O Território de Ponta Porã. *J. Barbosa Rodrigues* – 44.
. A revolução de 1916. *Paulo Coelho Machado* – 47.
. O primeiro documento. *Astúrio Monteiro de Lima* – 53.
. Nunca-te-vi. *Raquel Naveira* – 57.
. Curusu-paño. *Raquel Naveira* – 58.
. Canção paraguaia. *Raquel Naveira* – 59.
. Sanga Puitã. *Raquel Naveira* – 60.
. Os carreteiros. *Acyr Vaz Guimarães* - 61.
. Os índios. *Acyr Vaz Guimarães* – 65.
. A Coluna de Bronze. *Athamaril Saldanha* – 68.
. Ponta Porã e a erva-mate. *Elpídio Reis* – 70.
. O peão paraguaio. *Elpídio Reis* – 71.
. A guavira. *Elpídio Reis* – 74.

. A amizade entre brasileiros e paraguaios. *Elpídio Reis* – 75.
. Ponta Porã. *Elpídio Reis* – 78.
. Ponta Porã. Origem do nome. *Pedro Ângelo da Rosa* – 79.
. Expedição de Moura a Iguatemi. *Pedro Ângelo da Rosa* – 80.
. A fundação de Ponta Porã. *Pedro Ângelo da Rosa* – 82.
. Lampião de Mato Grosso. *Valmir Batista Corrêa* – 83.
. Origem de Bela Vista. *Sydney Nunes Leite* – 89.
. Os guaicurus. *Francisco Rodrigues do Prado* – 91.
. Senhorinha Barbosa Lopes. *Wilson Barbosa Martins* – 93.

Essa que eu hei de amar...*

Essa que eu hei de amar perdidamente um dia,
Será tão loura, e clara, e vagarosa, e bela,
Que eu pensarei que é o sol que vem, pela janela,
Trazer luz e calor a esta alma escura e fria.

E, quando ela passar, tudo o que eu não sentia
Da vida há de acordar no coração, que vela...
E ela irá como o sol, e eu irei atrás dela
Como sombra feliz... – Tudo isso eu me dizia,

Quando alguém me chamou. Olhei: um vulto louro,
E claro, e vagaroso, e belo, na luz de ouro
Do poente, me dizia adeus, como um sol triste...

E falou-me de longe: "Eu passei a teu lado,
Mas ias tão perdido em teu sonho dourado,
Meu pobre sonhador, que nem sequer me viste!"

A hóspede

Não precisa bater, quando chegares.
Toma a chave de ferro que encontrares
Sobre o pilar, ao lado da cancela,
E abre com ela
A porta baixa, antiga e silenciosa.
Entra. Aí tens a poltrona, o livro, a rosa,
O cântaro de barro e o pão de trigo.
O cão amigo
Pousará nos teus joelhos a cabeça.
Deixa que a noite, vagarosa, desça.
Cheiram a relva e sol, na arca e nos quartos,

Os linhos fartos,
E cheira a lar o azeite da candeia.
Dorme. Sonha. Desperta. Da colmeia
Nasce a manhã de mel contra a janela.
Fecha a cancela
E vai. Há sol nos frutos dos pomares.
Não olhes para trás quando tomares
O caminho sonâmbulo que desce.
Caminha – e esquece.

Segunda canção do peregrino

Vencido, exausto, quase morto,
Cortei um galho do teu horto
E dele fiz o meu bordão.

Foi minha vista e foi meu tacto:
Constantemente foi o pacto
Que fez comigo a escuridão.

Pois nem fantasmas, nem torrentes,
Nem salteadores, nem serpentes
Prevaleceram no meu chão.

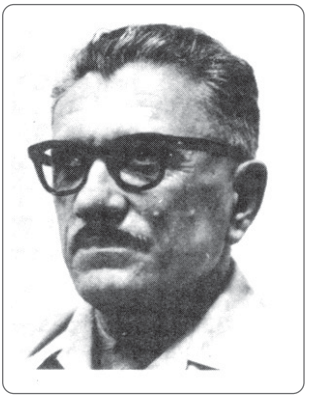
Somente os homens, que me viam
Passar sozinho, riam, riam,
Riam, não sei por que razão.

Mas, certa vez, parei um pouco,
E ouvi gritar: – "Aí vem o louco
Que leva uma árvore na mão!"

E, erguendo o olhar, vi folhas, flores,
Pássaros, frutos, luzes, cores...
– Tinha florido o meu bordão.

* As poesias são de Guilherme de Almeida.

Homenagem a



Hélio Serejo

Nota.
Os textos que figuram nas páginas 13 a 26 são de Hélio Serejo.

Discurso de posse

(parte inicial)

As minhas preces de amor e gratidão ao nosso Deus Onipotente e os meus respeitos infinitos a esta assistência nobre, na hora maior da minha emoção crioula.

Eu sou o homem desajeitado e de gestos xucros que veio de longe. Eu sou o homem fronteiriço que na infância atribulada recebeu nas faces sangüíneas os açoites desse vento, vadio e aragano, que, no afirmar da lenda avoenga, nasce nas terras incaicas, num recôncavo do mar, varre o altiplano boliviano, penetra o imenso aberto do Chaco Paraguaio, para depois, exausto do bailado demoníaco, numa cólera e estrupício de tormenta, arrebentar, cortante e gélido, na cidade de Ponta Porã, a Princesa da Fronteira, sentinela avançada das terrarias mato-grossenses. Eu vim dos ervais, meus irmãos, do fogo dos barbaquás, do canto triste e gemente dos urus, dos bailados divertidos, dos entreveros dos bolichos das estradas, do mais hirsuto da paulama seca, do pôr-do-sol campeiro, dos dutos, das encruzilhadas e das distâncias perdidas.

Eu sou filho da *jungle*, sou gaudério de todos os pagos, apaixonado das querências e cria de todos os galpões da terra. Eu vim de longe, eu sou um misto de poeira de estrada, de fogo de queimada, de aboio de vaqueiro, de passarada em sarabanda festiva no romper da madrugada, de lua andeja rendilhando os campos, as matas, as canhadas, o vargedo. Sou misto, também, de índio vago, cruza-campo e trota-mundo.

Os ventos do destino – maus e bons – levaram-me a pagos diferentes. Os meus pés dilacerados trilharam muitos caminhos.

Fui, no perpassar inexorável do tempo, obreiro de crença, fé e esperança, como o fui, também, imagem viva de desesperança, revolta e sofrimento.

Revolta, pela gritante desigualdade existente entre os seres humanos – criação sublime de um mesmo Deus e rebanho sofredor de um mesmo Pastor.

Trilhei, no passado distante – vivência que se me incrustou no sensível coração caboclo – muitos ermos e muitas paragens.

Fui surrado da vida e sofrido do destino. Mas os olhos indagadores estiveram sempre voltados para o Alto, porque é do Alto, da Casa do Senhor, que vem a força, a verdade e a luz.

Eu vim, em verdade, dos charcos e da poeira revolvente dos tempos, mas com o conforto grandiloqüente de ter sido guiado por essa luz mirífica que é o farol divino que indica, neste tormentoso vale de lágrimas, aos bons e aos puros de espírito o caminho certo da vida.

Procurei cantar com ternura e suavidade as belezas incomparáveis do sertão e, tanto quanto possível, procurei descrever com fidelidade as paisagens coloridas das estâncias.

Fui gemido de carreta manchega no estirão da serra íngreme e fui, também, envaidecido, tropel de tropilha crioula e índio aragano, trilhador de todos os caminhos.

Amei, imensamente, o vazio aberto. Nele, sempre vi, orgulhoso e confortado, a obra incomensurável do Senhor.

Absorto e contemplativo – no giro sertanejo – quantas vezes não dormi sobre um baixeiro, debaixo da árvore agasalhadora, coberto pelo poncho azul do Céu!

O chão era minha cama, e a mata milenária, a catedral crioula da minha oração xucra.

Sorvi, com os olhos indagadores, essas paisagens campeiras, em seus mínimos detalhes e delas me tornei escravo submisso e voluntário.

Vi, assim, embevecido como um anacoreta, a tapera da estrada, palco sangrento no passado bravio da penetração, de muitos entreveros:

Uma angústia sem fim meu peito invade
Quando vejo deserta e abandonada
Essa velha tapera iluminada
Pelo clarão da lua da saudade.

Na caminhada incessante – ao sol, à chuva e aos ventos – deparei numa tarde silente, com o preto velho encarquilhado, cismarento e cachimbador. O verso caboclo saiu neste feitio:

Velho, cansado, trôpego, tristonho,
Jogando, da vida, a última cartada,
Ele, Pai João, o cantador risonho,
Cachimba triste ao sopro da nortada.

Pai João cisma... no seu olhar vidrado,
Cheio de angústia pela nostalgia,
Há uma nesga de dor do seu passado,
Ou talvez o temor da terra fria...

Anda sempre sozinho, resmungando,
Do galo, o clarinar, já nem pressente,
E nem mais ouve o jaguapeva uivando.

Nada mais resta do vaqueiro "chada".
Pai João, o guapo, o peleador valente,
É um caco véio que num vale nada...

Foi na hora de fogo do crepúsculo que eu vi Mãe Preta abichornada num canto – cabeça branca de algodão batido – olhos cismadores pregados no passado distante, cantando, em forma de soluços, a cantiga enternecedora das recordações:

Tudo está pronto... e o misto povaréu,
Vai conduzir o andor pela senzala;
Um foguete ribomba e vara o céu
E há confusão enorme, pela sala.

Seu Vigário, na frente puxa a fila,
Todo contrito entoa um coro suave;
Um cão ladra, lá embaixo, que horripila
E ouve-se, bem longe, o grito de uma ave.

Um pequerrucho, impaciente, chora;
Pára o cortejo... vão rezar agora;
Velas se acendem, já a luz é escassa.

Longe, na serra, nasce bela a lua!
E passo a passo, desce um vulto a rua,
É finda a festa... seu Vigário passa...

Dentro do meu peito – coração pulsando aflitivamente – o sertão fez morada.

Fui criado por Deus para que nele sonhasse, sofresse e corresse.

A festa na roça ficou assim na imaginação:

Toca a besta, Maneco. E ocê, Donata,
sarga e pindura a carne no varal;
e o vendaval, lá embaixo, pela mata,
rebenta e vence o denso taquaral.

Pega o sebo, Firmino... Sova o tento,
arcance o laço grande pru Tião,
enquanto o Pé-de-Cabra... mais o Bento
sangram o Tigre e tosam o Alazão.

Chega o Juquinha, alegre, do potreiro...
Traz a Malhada... e o filho da Cigana,
e ergue-se denso, o pó, lá no terreiro.

O Paulino, na rede, dorme e sonha!
E sinhá Marcelina o arroz abana,
enquanto a Genoveva faz pamonha...

Reproduzo os versos de cadência matuta, tão estropiados de emoção – seixos autênticos das enxurradas – para poder dizer aos meus valorosos confrades – ouro e diamante desta augusta Casa – que o lugar do índio gaudério, de coração abaqueado e xucro, mas bom e terno como prece de mãe amorosa, é nos galpões das estâncias charruas, ao pé do fogo estralidante, onde, na hora evocadora do mate amargo, as lendas e as tradições campeiras se entropilham.

Sinto, porém, que a casa é minha. Fui chamado e aqui estou. Para ficar, até o dia do juízo final. A honraria – para o homem caboclo – é grande por demais.

(DISCURSOS DE POSSE)

As heroínas dos ervais

São, bem se pode dizer assim, verdadeiras sentinelas de granito na luta peripeciosa dos ervais. Nada há que abata o seu ânimo forte: nem as convulsões da terçã traiçoeira, nem os duros e prolongados jejuns.

Se faltam na ranchada, plantada muitas vezes no mais recôndito da selva bruta, onde os víveres são conduzidos por um trilho tortuoso e estreito, nos lombos das pacienciosas arrias, a preciosa e insubstituível *soópirú,* o arroz, o feijão, o café e mesmo a indispensável *nhandú*, soca um pouco de milho, junta nos cantos da lata os últimos bocados de graxa, quase que em geral em estado avançado de deterioração e fabrica um repugnante bolo, que come dias seguidos com o companheiro e os filhos.

É nessa fase aguda, que a gente, analisando tudo à luz do raciocínio, sente bem latente o valor da mulher do homem do erval. E essa mulher, símbolo da resignação e da força de vontade, veio às vezes dos ínvios sertões do Paraguai, cheia de esperança, fazendo a pé martiriosa caminhada, em pós ao eldorado: os opulentos ervais de Mato Grosso.

Sabe suportar como ninguém os reveses da vida. No dealbar de um outro dia, depois de rude golpe sofrido, enfrenta a luta com desassombrado otimismo. Não blasfema nunca. Seja o que Deus quiser! E assim vai empurrando a vida, guardando sempre no peito uma esperança de melhores dias. Nas desregradas orgias dos *jerokis,* esquece tudo, e com o adoudado companheiro gasta à mão cheia para depois, durante longos meses, auxiliar a amortização do débito, batendo nas cacimbas a grosseira indumentária da peonada.

É uma autêntica heroína. Se o companheiro sofre uma agressão qualquer, põe-se ao seu lado pronta para enfrentar o perigo. Por isso tudo, a mulher dos ervais, sublime na sua fé e na sua coragem, merece a nossa admiração e estima.

(HOMENS DE AÇO)

Alma boêmia

Quem viveu nos ervais, como vivi, ouvindo, sentindo, e de tudo indagando, com vontade de saber, muita coisa vê que lhe comove e punge a alma. Neste são homens entisicados que lutam desesperadamente pelo

pão quotidiano; naquele são mulheres anêmicas, autênticas múmias, redivivas, corroídas por enfermidades várias, que gastam as últimas energias à beira de um riacho, batendo, de sol a sol, a roupa grosseira da peonada.

Procurei sempre estudar, com dedicação e carinho, a vida arrojada do homem do erval. Tive sempre, pelo ervateiro, uma sincera admiração. Sua vida aventureira, cheia às vezes de encantos, às vezes de perigos, empolga-me sempre. Acho que ele bem merece a estima e afeição de todos nós brasileiros. Sua missão de transformar folhas em ouro é altamente nobre e sublime. E o produto do seu patriótico esforço, industrializado no cadinho de todos os sofrimentos, vai, aos poucos, tornando o Brasil rico.

Há uma época no ano em que o peão do erval tudo esquece. É quando se aproxima a semana santa. Aí ele ,abandonando o caati, a pé ou a cavalo, alegre e satisfeito, procura o primeiro bolicho da estrada, e vai gastar, em sete dias, todo o pecúlio que conseguira fazer em onze meses de trabalho árduo e penoso. Sim, com sete dias, pois, não raro, muito antes de expirar o prazo, já torrou as economias e contraiu dívida para muito tempo.

Volta para o rancho, mais encorajado do que nunca. Tivera os galanteios interesseiros de muitas chinas e tomara parte em vários bailes; dançara muito o santa-fé. Não lhe importam os martírios futuros para quitação da conta aberta. O fato é que se divertira bastante. Isso lhe basta.

O seguinte fato dá bem uma prova da natureza boêmia da alma do ervateiro paraguaio. Na fazenda São Domingos, de propriedade do sr. Bebiano Fernandes, meu pai mantinha pequeno estoque de bebidas e comestíveis, para suprir um pequeno erval e as necessidades de outros da região.

Todos os anos, nos dias da semana santa, reuniam-se ali centenas de homens, de vestes as mais díspares. Acampavam em qualquer parte: num galpão de capim destruído pelos anos, ou à sombra de uma árvore amiga. Era a morada improvisada, em pleno sertão, para os tradicionais festejos, tão do gosto do arrieiro guarani. Nesse ano, tal como os anteriores, um peão de meu pai viera tomar parte na *sorticha*. Ramon Martinez se chamava. Alegre, bonacheirão, de muito espírito, era por todos estimado. Embora analfabeto, nunca ninguém ouviu dos seus lábios uma palavra injuriosa ou ofensiva. Era bom, serviçal. Seu único mal era ser incorrigível adepto da cachaça. Por um trago era capaz de derramar muitas lágrimas.

Nesse dia, quinta-feira santa, depois de haver vencido galhardamente a *sorticha*, Dom Ramon, coroando o triunfo, afundou-se corajosamente no elixir da longa vida. Bebeu tanto, que as pernas não puderam suster o peso do corpo. Caiu sobre um tablado e ali permaneceu durante três dias. Só se levantava para receber um pouco de alimento, embriagar-se novamente e de novo cair. Ventava como nunca esse dia e a nuvem densa de poeira que vinha até ali, tangida pelo nordeste impiedoso, cobria-lhe o rosto, de instante a instante.

Muitas vezes, a intervenção do companheiro de luta fez-se mister, para evitar iminente asfixia. Domingo à tarde, todos aprestados, uns a pé, outros a cavalo, rumaram em direção ao caati, fazendo reboar ensurdecedoramente, no espaço, o grito clássico do homem do erval. Foi aí que meu pai trocou algumas palavras com o seu valente mineiro:

– Que tal, Ramon, divertiu-se bastante?

Ele sorriu. Pôs à mostra sua bela e resistente coleção de dentes, meneou a cabeça e, ajeitando-se no lombilho duro, respondeu cheio de orgulho: – *Pero, patrón, he farreado mucho... mucho... estoy contento*...

E despediu-se com um ligeiro aperto de mão.

Sim. Havia mesmo farreado muito: três dias caído ali, exposto, como um ser estranho, ao sol causticante e à poeira inclemente... Este era assim pacato. Outros há que, turbulentos, provocam sururus e vão dormir na cadeia. Mas a outra semana santa vem, e ele de novo ali está, pronto para se embriagar, e de novo repetir a façanha do ano anterior.

(HOMENS DE AÇO)

Os Balbuenas

Eram todos de nacionalidade paraguaia, inclusive Caraícho, meu parceiro no jogo de bolita, e companheiro de soltar pandorga. No jogo de trompo, feito de goiabeira, por ele mesmo, com grande perfeição, tendo com instrumentos de fábrica um canivete, lima-triângulo e uma velha navalha, eu era sempre o perdedor.

O meu amigo Caraícho era um pulseiro de trompo muito respeitado, tanto em Ponta Porã como em Pedro Juan Caballero.

Os Balbuenas eram oito irmãos, todos homens, pois a única mulher morrera antes de completar um ano de idade. Com a morte dos pais foram se separando, ficando em Ponta Porã somente Caraícho, assim mesmo por pouco tempo.

O pai, caraí Balbuena, fora mineiro e barbaquazeiro, em sua terra. Inutilizado por uma doença desconhecida na região, enquanto viveu, trabalhava com couros, fazendo belos laços, caronas, rebenques, peitorais e muitos outros pertences campeiros.

Homem de erval, anos e anos, levantava-se de madrugada para tomar o seu chimarrão, por ele mesmo preparado, com a técnica necessária, deixando a folga da erva, e virando a bombilha de um lado para outro, cuidadosamente, para evitar o entupimento.

Inúmeras atividades exerceram os irmãos Balbuenas: campeiro, tratador de cavalos, carreteiro, carpinteiro, fazedor de cerca, lampinador, fabricante de rapadura e amansador de burros.

Por um capricho do destino esses irmãos valorosos, de palavra firme, extremamente responsáveis, foram para os ervais, onde se transformaram em mineiros. Todos mineiros, inclusive Caraícho, o bom trompeiro e pandorgueiro de grande habilidade.

Tal como acontecera com o pai, caraí Balbuena, o cheiro forte da *caá* magnetizara os oito irmãos paraguaios, exemplos de retidão, senso de responsabilidade e constância.

Viviam separados por centenas de léguas mas, em suas ranchadas, honrando o nome paterno, e sendo amigos de todos, desde o patrão até o *aguatero* humilde.

Amavam o Brasil, como a própria Pátria, ou mais, quem sabe.

Caraí ervateiro algum, por mais exigente que fosse, jamais se aborreceu com os Balbuenas, modelo de trabalhadores dignos, afáveis e invariavelmente bem-humorados.

Em nossa juventude, ouvíamos os comentários sobre os Balbuenas, feitos pelos mais velhos, e a nossa imaginação se incendiava, enquanto crescia dentro do peito aquela admiração, já enraizada pelos irmãos Balbuenas, mormente por Caraícho, o amigo de jogar trompo e soltar pandorgas coloridas, de rabo duplo, enfeitado com as cores das bandeiras

do Brasil e Paraguai, tudo idéia dele, Caraícho, que tinha o direito de prestar essa homenagem à sua Pátria, mesmo sendo um brasileiro de coração.

Sempre foram disputados pelos patrões os irmãos Balbuenas. Sabe-se que até leilões eram feitos para a conchavação desses notáveis mineiros paraguaios.

Um dia, isto 1972, quando visitava familiares residentes em Dourados, em uma farmácia da Av. Weimar Torres, dou de cara com Caraícho. Foi um festão. Um conversar sem fim, que teve continuidade no outro dia. Revivemos o passado. Esporeamos a memória e tudo veio à tona, com impressionante riqueza de detalhes.

Foi, em verdade, uma prosa mais comprida do que laço de matogrossense. Trinta e cinco anos, o último encontro, fizemos as contas. Caraícho não era o mesmo, tinha a feição dura, sofrida, conseqüência de três quartãs que abalaram profundamente a sua saúde. Contou-me, pormenorizadamente, a sua luta e os seus sofrimentos.

Mas em dignidade e elevação de espírito, via-se que era o mesmo homem. O mesmo caráter, a mesma bondade e a mesma sinceridade, tesouro grandioso dos Balbuenas, através dos tempos.

Citou, a meu pedido, o nome da irmandade: Aldo Gomez Balbuena, afilhado do coronel Orcírio Freire, proprietário do erval Ouro Verde, que faleceu picado por um *ybyntã*. Felício Gomez Balbuena, que se inutilizou de uma perna quando caiu de uma ervateira, ao proceder o *tiru*. Anísio Gomez Balbuena; Alexandre Gomez Balbuena, que pereceu afogado no rio Paraná, em Porto Santo Antônio; Isidoro Gomez Balbuena, Arsênio Gomez Balbuena, Ramón Gomez Balbuena, e ele, Carlos Gomez Balbuena, o Caraícho.

Sentindo-se velhos para as lides ervateiras e reconhecendo que a erva ia caindo, aos poucos, ante um mercado oscilante, e que a Argentina acelerava, cada vez mais, o plantio da *Ilex paraguariensis*, decidiram trocar de profissão. Somente um retornou à pátria: Isidoro Gomez Balbuena foi para Concepción. Ia candidatar-se a uma gleba de terras, numa colonização *del gobierno*, de grande influência, em virtude de ser a região de uma fertilidade assombrosa.

Foi a sua desgraça. Era esse, sem dúvida, o seu destino fatídico. Defendendo uma filha de viúva das garras de um monstro, foi esfaqueado no estômago, falecendo, três dias depois, no hospital de Concepción.

* * *

Na história da erva, sempre existirá um lugar para os Balbuenas, esses extraordinários irmãos paraguaios, exemplos de perseverança, decência, cavalheirismo e amor ao trabalho.

(PELAS ORILHAS DA FRONTEIRA)

Contribuição cultural e folclórica

A erva contribuiu, decisivamente, bem como a sua industrialização, para a cultura nacional, pois levou a quase todos os quadrantes do território nacional uma atividade industrial de aspectos variados, sistemas desconhecidos e formas originais de trabalho para se poder obter um produto capaz de interessar às massas.

Os comentários em geral, as grandes reportagens ilustradas, as palestras, conferências e livros sobre o assunto cunhavam cultura, indubitavelmente, pois ventilavam uma atividade extrativa sem similar no país.

As palestras e conferências, aqui no Brasil ou no exterior, falando de erva-mate, deixavam a todos em permanente curiosidade, uma vez que o tema era de rico colorido, original e atraente. Sobretudo atraente.

Difundia-se o desconhecido, aumentando-se a cultura de cada um a respeito de um trabalho de peculiaridades que extasiavam, pondo em fogo o pensamento pelo anseio de tudo conhecer, através de uma curiosidade doentia, originária de um assunto arrebatador, assimilando por todo e qualquer ângulo, pelo extravagante, pelo *modus vivendi* da peonada divertida, pelo traje típico, pelo grito anunciador que se perdia nas brenhas e pela dedicação elogiável, ao trabalho, de cada um, fosse *mensualero*, barbaquazeiro, *mayordomo*, mineiro ou *guaino*.

Bem que podemos afirmar que uma ranchada ervateira é um celeiro folclórico, tantos são os painéis que nos magnetizam, não só pelo imprevisto como pelo burlesco. Um *jeroki*, num rancho de erval, a começar

pela indumentária bizarra, é um "prato folclórico" de tempero delicioso. Trata-se de uma paisagística rude, que toca fundo a sensibilidade de qualquer cristão por mais indiferente que seja.

Sentimos folclore vibrante nas rodas do tereré, onde a conversação surge sempre diferente, entremeada de chistes invariavelmente pornográficos, e ditos nascidos no mundo abrutalhado dos ervais. Num mundo em que a própria natureza bravia ajudou a criar o brutal, o hilariante, o extravagante, o inimaginável, o confuso e até mesmo o ridículo.

Vemos folclore abundante no dia-a-dia de uma ranchada ervateira, tais como: o peão especializado, conduzindo um grupo de arrias pelo pique, estreito, escorregadio e traiçoeiro, e com elas conversando, com meiguice na voz, porque essa *hablación*, dentro da mata fechada, acompanhada das passadas lentas e cautelosas dos animais, dá alento a eles, agradando ao zeloso responsável, que tem por objetivo único cumprir e... cumprir bem uma delicada missão.

O barbaquazeiro é outra notável figura folclórica de uma ranchada ervateira. Sua indumentária – quando ele, em verdade, é um caraí, orgulhoso da profissão – é uma mesclagem folclórica que impressiona. Gosta que lhe chamem de uru, a ave noturna dos ervais.

Não se pode desprezar em absoluto – seria um crime – o aconcágua. É o palhaço dos ervais, figura infalível nos festejos das ranchadas. Embriagado, quase que de ordinário, desempenha os mais ridículos papéis.

Corteja, insistentemente, tornando-se uma verdadeira sarna, as trêfegas e debochadas *cunhatais*, que lhe dão corda, retribuem os seus grosseiros galanteios para depois, numa rasteira de mestre, jogá-lo ao chão, esmagado por um seco e brutal *no quiero bailar*.

Quando apenas, *medio chupau*, calça cai não cai, imita a todos com tal perfeição que faz a bronca arrieirada delirar freneticamente. Dá gosto vê-lo nesses momentos.

O que impressiona a qualquer cristão, no peão paraguaio – o homem de aço dos ervais – pela vivência, formada por ele mesmo – é a impressão de ser um esquipático ou maníaco. Afia o seu machete três ou quatro vezes por dia, tendo o cuidado de colocar na pedra afiadora água limpa e a mais fria possível, pois a suja ou morna pode destemperar o aço.

Nunca bate em seu cão quando este pratica alguma traquinada. Conversa com ele, pacientemente, afagando-lhe a cabeça... uma fala aconselhadora e amiga. Cachorro, no erval, precisa ter trato de gente. É o amigo fiel que nada cobra, a não ser o pão de cada dia e a cama de folhas ou estopa para dormir.

Se vive solito, o que é muito comum, faz a *tembi'u*, madrugada alta, *en cantidad que sea suficiente para el resto del dia*. Sendo um homem sem mulher, mantém o fogo sempre aceso, porque fogo aceso chama a companheira que deverá vir um dia. É um costume que vem das raízes íncolas...

Vivemos a vida ervateira, por dez longos anos. Fomos de tudo um pouco: desde *encargado de la comisaria*, até condutor de arrias. Vivemos, intensamente, o dia-a-dia de inúmeras ranchadas ervateiras. Trememos e deliramos com a maleita traiçoeira deitado sobre um tarimba de paus roliços. Engolimos remédios de folhas, cascas e *apepu*, num esforço que se não pode descrever. Tornamo-nos, com o escoar do tempo, um embevecido e, mesmo, um escravo da erva.

Anotamos e... anotamos sempre, infatigavelmente, sem mesmo saber por quê. Havia, dentro de nós, um desejo mórbido de conhecer, em minúcias, aqueles homens brutos, mas tementes a Deus e aquela luta de martírios que não tinha fim.

Aprendemos muito – muito mesmo – e nos tornamos, então, num caraí ervateiro, como tantos outros, que não se acovardaram ante a selva bruta, e amaram a *caá,* tal como se ama uma china que sabe prender e pôr feitiço no *kuimba'é*.

Falar-se em coisas dos ervais, olvidando as festas da semana santa e de *Nuestra Señora* (*La Virgen de Los Milagros*) é cometer-se uma falha *imperdonable e una ofensa ao devoto peón de los yerbales*.

Espera pela semana santa com uma sofreguidão indizível. Emprega esforço supremo para *disminuir la cuenta e obtener permisión para salir a fuera e festejar el santificado*... Nem sempre realiza esse desejo. Pagar conta alta é tarefa sempre difícil. Não pagando, fica... é a inflexível lei dos ervais. Na semana toda, esse peão, na ranchada ervateira, é um homem triste. Passa a viver do seu silêncio. É, em verdade, um *kuimba'é* esmagado pela desolação. Mas, em sendo *uno cristiano*, vai esperar pela outra semana

santa. Até lá – tem fé em *Diós* – a conta estará paga, todita, ficando um saldo que dará para muitos dias de farra com *borrachera gruesa*.

Outra festa que o empolga é o 8 de dezembro. Dia de Nossa Senhora, *La Virgen de Los Milagros*. Nesse dia a *fiesta* pode ser na própria ranchada, porque será uma festa de rezario, *de respeto cristiano, obediencia, pensamiento e biequerer a la madre milagrosa de todos los que luchan con dignidad en la tierra*...

Trabalho, nessa *fecha santa*, *ni a cambio de dinero*...

Era assim mesmo! Um dia para se olhar para o Alto e pedir *la bendición a Nuestra Señora*. Dia sagrado como poucos. Uma data para se respeitar com o calor do coração. E assim sempre procederam os peões das ranchadas ervateiras brasileiras e paraguaias.

Nesse dia, como bebida, *uno traguito, no más... tiene que ser asi para no se ofender la Santa, siempre Madre bondadosa de los que trabajan con dignidad*... São Pedro, Santo Antônio, São José e São João fazem parte da vivência ervateira, porém, o trabalho não sofre qualquer espécie de alteração.

Como em toda ranchada ervateira existe sempre um Juan, o São João tem a sua comemoraçãozinha através de uma *hoguera*, acesa na hora do alimento principal *del dia*: o jantar.

O fogo, na paulama amontoada, é posto na boquinha da noite, momento em que aparece *caá-vari*, a protetora grande que todo peão de erval conhece muito bem...

(CARAÍ)

O declínio

Era o início de declínio.

Veio a revolução de 1930 e, com ela, a chamada República Nova. Idéias novas. Métodos diferentes. Uma nova consciência em eclosão. Um desejo que surgia avassalador: reformular a nossa tradicional estrutura econômica, social e política.

O problema ervateiro do Estado foi levantado. Uma escrita em castelhano dizia dos fabulosos lucros que a Empresa Mate auferira.

Mas o monopólio de mais de setenta anos estava mesmo no fim. A Nova República dava o cheque-mate. Era, evidentemente, o começo do fim. O alicerce ervateiro começava a ruir. Mas era imprescindível uma medida que justificasse o lado humano governamental em favor de uma organização industrial que cortou o extremo sul de comunicações seguras em todos os quadrantes, ervateiros ou não.

A solução de boa norma cristã foi esta: o governo do Estado concedeu à Empresa Mate Laranjeira prazo suficiente, reformável, anualmente, para liquidar os seus bens, todos os pertences de trabalho e estabelecimentos em geral.

Logo em seguida, veio a desapropriação, por parte do governo federal, da navegação do Alto Paraná e de todas as instalações de Guaíra, no Paraná, em número elevado e de montante apreciável, dada a grande importância do tão conhecido porto fluvial; porto que chegou a ser ponto de reunião internacional da erva-mate e em cuja localidade lavraram-se, em castelhano, por escriturário de nacionalidade argentina, atas verdadeiramente históricas, pois a erva em alto preço, com exportação garantida, e até exigida energicamente, possibilitava esses freqüentes encontros de custo elevadíssimo.

O declínio trouxe, aos poucos, a preocupação desoladora, e esta, o desespero endoidecedor. Muitos, desiludidos, encerraram as suas atividades. Outros, porém, em virtude da pujança de seus ervais, passaram a comerciar com a Empresa Mate – já em seus derradeiros estertores – mas que se encontrava muito bem municiada de transportes.

Chegou mesmo a se verificar um aumento considerável de produção de parte dos particulares, que "não se entregavam de todo", mas tinham consciência de que, mais dias menos dias, a ordem terrificante viria da *administración general* de Buenos Aires, suspendendo as compras, por vencimento de contrato. A ordem chegou, certo dia, para sangrar o coração de muitos. Não haveria mais embarque de erva. Tudo paralisou. Era o fim...

Nas ranchadas desertas ficou o silêncio aterrador. Cada barbaquá era o espectro de uma indústria que morrera melancolicamente. Em cada pique, um lamento. Em cada *tapê-hacienda*, parecia se ouvir, no entardecer de mil ruídos, o *mburêo* tristonho do mineiro, voltando para a *vaqueria*...

(CARAÍ)

Avanço fluvial

Um dos maiores obstáculos que a Companhia Mate Laranjeira encontrou, em seu avanço inicial, rumo aos ervais, foi o transporte até o mercado consumidor. Lançou, então, mãos de todos os recursos disponíveis: *arrias*, carretas, carretilhas, batelões, canoas, rebocadores, chatas, barcos movidos a lenha, óleo, gasolina e vapores mistos.

Penetravam os rios com condição aceitável de navegabilidade para, logo depois, entrarem em um afluente onde cada curva e a galhada debruçada sobre as águas significavam verdadeiro tormento.

O ervateiro paciente sabia, entretanto, que era esse o caminho certo. Para escoar o produto, industrialização que custava vidas, sacrifícios imensos seriam necessários, razão pela qual não esmorecia. Para cada óbice, um suprimento interior de energia. Tinha que ser assim. Não havia outra saída.

Esse dificultoso avanço fluvial, porém, produziu até certo ponto resultados benéficos: povoou as margens e circunvizinhança para, com o passar do tempo, proporcionar ao homem do erval, ao afazendado, ao pequeno criador, ao aventureiro que chegava, e ao mascate parlador, um meio de se comunicarem com outros da região de escassa densidade demográfica.

O ervateiro propiciou vários meios de comunicação na época de dificuldades incontáveis, pois compreendia – como desbravador que era – que sem caminho não poderia haver penetração para o tão desejado povoamento. Muitos desses caminhos, aos poucos, foram se transformando em servidão pública e, até os dias de hoje, ainda existem.

(CARAÍ)

Conchavação

Conchavação era a contratação de peões para os trabalhos de elaboração da erva. Dois eram os lugares preferidos: Encarnación, no Paraguai, e Posadas, na Argentina. Dois centros, nessa época, de trabalhadores do mato.

Podia o interessado escolher à vontade, pois existia peão para toda e qualquer espécie de trabalho: serrador, roceiro, carpinteiro, condutor de

arrias, domador, farinheiro e outros. O que mais interessava, entretanto, era peão para o erval. Profissionais da erva. Desde *aguatero* até *monteador*.

Cada grupo tinha um chefe. Acertado com este, tudo em ordem. Era só fazer, a cada um, o *adelanto* combinado.

Depois, era ter paciência com os três ou quatro dias de bebedeira sem *reglamiento*. Uma festança doida, com gritos, bailados, provocações, brigas e quedas.

Tudo terminado, era o apronto – num grito – para a viagem fluvial, Paraná acima. Na *cadirneta* de cada um, o *adelanto*, a dívida contraída para festejar a despedida.

Daí por diante dependia dele, peão, o destino da caderneta. Possuía esta um nome lembrador: *Cadirneta de límite*. Um limite inexorável. Um aviso terrível. Desgraça de uma legião de imprevidentes!

No mundo bruto da erva, nem todos conseguiam a adaptação mais que necessária. Passavam a ser um peso morto para a ranchada. Peões de produção limitada, ou mesmo quase nula. Nestas circunstâncias não saldariam, nunca, *la deuda*. Seriam devolvidos, então, para a cidade de origem.

Depois do arreglo de cuenta, fosse qual fosse o resultado, vinha a expressão de uso habitual: – *Usted es de para bajo* – o que significava dizer: que o peão teria que descer o rio. Essa descida constituía-se, invariavelmente, num grande tormento.

Dispensado por inadaptação, portanto, um peão que "dava prejuízo", sem dinheiro algum no bolsilho, mal-visto pela própria tripulação do vapor, o *deterrado*, com *una cadirneta de mala recomendación*, tinha pela frente um destino de amarguras.

A humilhante condição de *despensau* era-lhe adversa em todos os sentidos. O *arreglo de cuenta* por ordem da administração era um espinho terrível, atravessado na garganta de cada um. Peão, nessa situação, era peão sem trabalho. Peão sem patrão. Peão em marcha para o desespero.

Muitos e muitos *quatreros* que infestaram as fronteiras Brasil-Paraguai vieram desses inadaptados, desses *dispensaus* de triste memória.

(CARAÍ)

Antologia

A seguir, textos de diversos autores, sobre fatos e aspectos da fronteira guarani.

O mestiço do guarani

José de Melo e Silva

De cinqüenta anos a esta parte têm eles penetrado no Brasil, imigrando ordinariamente nas quadras e transes penosos de sua vida. Vivem em nossa pátria como em sua própria terra. Talvez até se compenetrem de que sua casa é todo o continente sul-americano.

Em parte já fundidos com representantes de etnias européias e hispano-americanas, e modificados pela influência da civilização dos nossos dias, conservam, embora um tanto adulterado, o idioma primitivo – o *avañe-ê*. E é ainda o uso dessa língua o critério adotado para identificá-los, posto que se reconheça seja ele insuficiente e falho.

Penetrando no solo brasileiro, nem sempre se fixam em lugar certo, e muitas vezes vagueiam de um ponto a outro da fronteira, constituindo, assim, parte considerável, embora um tanto flutuante da nossa população.

De qualquer forma, porém, têm instalado ali os seus costumes. Porque, a despeito de parecerem de civilização inferior, muitos dos nossos são por eles absorvidos, sendo ademais certo que nada temos conseguido impor-lhes de nosso sistema de vida, talvez porque dominem pelo número.

Com efeito, o seu volume é muito maior do que se julga, embora nada se conheça oficialmente. E os que lá chegaram, em verdadeiras legiões, multiplicaram-se consideravelmente, em virtude de casamentos e uniões livres.

Embora nascidos no Brasil, não se adaptam facilmente à nossa educação os filhos dos guaranis, salvo se a mãe é brasileira pura, porque em tal caso predominam os costumes desta. Se guarani ou mestiça a mãe e apenas brasileiro o pai, este pouco influi na educação dos filhos, mesmo porque entre os guaranis há resíduos bem patentes de matriarcado.

Não aprendem a língua portuguesa, nem para isso fazem qualquer esforço. Da mistura do castelhano com o guarani e o português resulta um quase dialeto que falado na Avenida Rio Branco ninguém entenderia.

Os brasileiros mestiços, criados na convivência dos guaranis, não entendem o que falamos, se não descemos ao emprego de formas que atentam contra as leis da linguagem portuguesa. É isso uma escola perniciosa que nos leva facilmente ao hábito de erros imperdoáveis.

Do mesmo modo, se tentam falar, só se fazem entender pelos que se habituaram a esse estado de deturpação em que se encontra nossa língua na fronteira. Todos eles dizem: a água já bebeu o boi, em lugar de o boi já bebeu a água; capim já comeu o cavalo, em vez de o cavalo já comeu capim; a galinha comeu o bicho para significar que a raposa ou lobinho comeu a galinha. Há pouco lemos uma composição de um vivaz e inteligente aluno da escola de Campanário, sede da Mate Laranjeira, afirmando ele que o Brasil descobriu Cabral no ano de 1500. Está clara a influência do idioma guarani.

Não têm conta os solecismos cometidos pela massa. Coisas absurdas, que se não cometem em parte alguma, como este cavalo são bonito, esta mulher são boa, lá se ouvem a cada instante. E, lamentavelmente, nem sempre se corrigem erros cometidos pelas crianças nas escolas, públicas ou particulares, mesmo porque em algumas delas os professores levam vantagem aos alunos no desconhecimento da nossa língua.

* * *

Uma das características da raça guarani é sua constante alegria. É alegre até no luto. Passa do pranto ao riso, do fúnebre ao festivo, sem um hiato, com uma naturalidade chocante. (....)

Homens e mulheres denotam, desde tenra idade, muita argúcia. Em matéria de negócio são astuciosos, labiosos, e ninguém lhes leva a palma.

São reservados e sempre ocultam a verdade, não como crianças que se contradizem, acabando por descobrir-se. Não há quem lhes arranque um testemunho. Por mais que estejam inteirados de um fato criminoso, deles nada espere a justiça. Só a coação física poderia modificá-lo.

O seu gênio alegre empresta uma feição original aos seus costumes. A maior parte de seu tempo se escoa em diversões – danças, passeios e musicatas, salvo se por qualquer circunstância submeteu-se a um trabalho sistematizado, cuja empresa ou patrão exerça sobre ele disciplina severa.

Ainda assim tenha-se por certo que logo se emancipa, subtraindo-se a qualquer jugo que não seja alegre e suave. Mesmo porque o descendente guarani até no trabalho exterioriza a festa do coração, cantarolando, gritando, chalaceando.

São excessivamente andejos. As estradas da faixa lindeira, especialmente as que dão acesso às cidades e povoados, são verdadeiros caminhos de formiga (o regime nos ervais é algo diferente). Ao contrário do que acontece com o paulista, nordestino e demais povos laboriosos do Brasil, que só em casos excepcionais se afastam do trabalho em dias úteis, são eles encontrados em bandos a todo instante, homens e mulheres, ordinariamente a cavalo.

Agrupam-se em qualquer parte, cantando e bebendo. É comum ficarem horas a fio nas casas de negócio, cantando e tocando sanfonas, violões e violinos, a pretexto de experimentarem estes instrumentos cujos estoques são sempre vultosos.

Seriam outras as condições da fronteira e de modo especial da baixada sulina, se machados, foices e enxadas tivessem a aceitação na razão de um décimo das sanfonas, violões, violinos e bandolins que lá se vendem. O município de Bela Vista, principal império da ociosidade, é o centro onde se podem fazer fartas observações a esse respeito. Há ali comerciantes que venderam em menos de três anos cerca de quatrocentos violões, ao passo que no mesmo espaço de tempo não conseguiram vender uma só enxada ou machado.

Com semelhante índole é fácil imaginar-se a aceitação que tiveram na fronteira certos costumes dos civilizados. O descendente guarani conservando religiosamente os resíduos da civilização primitiva, adquire também facilmente os hábitos que agradam aos sentidos do homem moderno.

O carnaval, isso que o dr. Franco da Rocha denominou necessidade de regressar à infância durante alguns dias (A DOUTRINA DE FREUD, p. 99), encontrou na zona lindeira o seu campo propício. Como acontece nos centros adiantados, é esse o tempo em que as donas de casa ficam em maiores aperturas por falta de domésticas. Estas, que de ordinário servem de má vontade, por pouco tempo, tornam-se imprestáveis nesses dias de expansão e folia.

Entre os descendentes guaranis tudo é motivo para danças, inclusive acontecimentos fúnebres. A música preferida é a polca paraguaia e o chopin ou santa-fé. Predestinado para a arte dos sons, tem ele música própria, de ritmo peculiar, coisa típica e inflexível, e que se não submeteu, até hoje, a influências estranhas.

A santa-fé, que lembra vagamente a quadrilha dançada outrora nos salões dourados da Europa e da América, dela se diferencia profundamente. As palmas repetidas, os sapateados, os trejeitos, os agachados e micagens dos cavalheiros emprestam a esse gênero de dança uma feição original, sobretudo quando praticada pelos legítimos representantes da raça. O chique para o descendente guarani do sexo masculino é dançar com o seu chapéu à cabeça, sem esquecer o complemento da sua indumentária, que é a pala.

Também é traço característico da vida guarani a sua tendência profundamente religiosa. Essa varia entre um sentimento doentio, tocando os limites do fanatismo, e hábitos grosseiros, que se não compadecem com as normas traçadas a cristãos civilizados.

Não é propriamente religião isso que pratica o guarani do povo ou a massa guaranizada. É antes uma religiosidade aberrante dos princípios evangélicos ou um complexo de crendices. Nisso ele afastou-se, positivamente, dos ensinamentos recebidos pelos seus troncos, nas missões dos padres jesuítas.

É na maneira de prestar culto aos mortos onde mais se acentua e se manifesta o sentido grosseiro de sua crença. Desde a forma de prantear o morto, incumbência das mulheres, até o sistema de sufragar a alma do defunto, com velórios de grandes repastos, regados a bebidas, cheios de alegria, tudo reveste um cunho de originalidade típica.

Segundo o testemunho de Gabriel Soares de Sousa, entre os índios tupinambás não choravam os machos, salvo no caso de morte de algum ancião, hipótese em que poderiam chorar os velhos. É o que acontece entre essa gente. Este choro que, segundo afirma Cardim, prolongava-se muitas vezes pelo período de uma lua, é absolutamente indispensável por ocasião de qualquer reunião de caráter fúnebre entre os guaranis da fronteira. Mas só as mulheres choram.

É um choro louco, desregrado, martirizante, gritos mais do que pranto, com os cabelos desgrenhados, sem uma lágrima, fato observado, anteriormente, pelo dr. Cecílio Baez, entre os guaranis de Paraguai. Desse choro simulado, que muitas vezes era o modo original de revelar alegria, falam insistentemente os escritores, especialmente no caso da saudação lacrimosa, referida por Anchieta, padre Fernão Cardim e frei Vicente do Salvador.

Estêvão Pinto fala de uma cerimônia semelhante ao velório guarani, entre caningangues do Paraná, que eram do mesmo território das missões dos guaranis. Oito dias após o falecimento, diz ele, os indígenas reúnem-se na maloca dos parentes do morto. As exéquias começam por uma canção, que entoa o cacique, enquanto choram as mulheres. Seguem-se as libações e danças.

Em quase nada difere do velório da cruz, dos nossos guaranis, em pleno uso e indispensável, segundo eles, para melhorar a situação do falecido, lá na outra vida. Assistimo-los algumas vezes. Em uma delas verificamos que se havia colocado água e comida sob a mesa do santuário, na convicção, certamente, de que o espírito viria participar daquele repasto.

Dos velórios, o mais alegre é o de crianças. Nestes é permitida toda sorte de expansão e regozijo. Parece vir de época recuada a manifestação de júbilo por ocasião da morte da criança. Afirma Gilberto Freire que no Brasil patriarcal o menor de sete anos era um ser distanciado do elemento humano, identificado ao anjo, e que por isso mesmo a sua morte era motivo de grande volúpia para as mães, cuja alegria se comunicava aos estranhos.

O ilustre sociólogo cita alguns testemunhos em apoio de sua assertiva e atribui essa alegria mórbida, como ele a chama, à influência do padre jesuíta, que jeitosamente incutiu na alma do índio a necessidade desse regozijo, precisamente para anular o ódio de que este se tomou contra o branco e contra o próprio padre, por ocasião da impressionante mortandade infantil que se verificou após a chegada dos primeiros colonos ao Brasil. E os brancos por força do contágio imitaram o índio, quando lhes morreram também os inocentes. E foi certamente vivendo o sentimento daquela época que um poeta cantou:

Oh! Mães que tendes filhos,
Mães piedosas,
Se acaso eles morrerem pequeninos,
Enfeitai-lhes os caixões
De brancas rosas,
Deixai, deixai, voarem as andorinhas
Em busca de paragens luminosas!

Possivelmente os guaranis mantêm na íntegra a tradição de seus avós, no atinente ao regozijo determinado pelo falecimento das suas crianças, acrescentando ainda tudo aquilo que mais apetece ao seu espírito alegre e folião.

A essas reuniões comparecem sempre numerosos convivas, estranhos à família e à raça. Vão uns pelo interesse na pândega, e outros levados pelo espírito de deboche, pois nessas aglomerações não faltam mulheres, muitas vezes bonitas, sedutoras. Outros são arrastados pela curiosidade. Freqüentemente degeneram em desordem, pancadarias ou conflitos de maior vulto. As conseqüências inevitáveis, porém, são os namoros, conchavos ilícitos e uniões livres.

O descendente guarani sente-se à vontade em companhia dos seus mortos, ou entre as cruzes que lhes assinalam as sepulturas. Suas casas são conhecidas pelas cruzes que pontilham os pátios.

Por isso mesmo no dia consagrado à comemoração dos mortos, como em todas as sextas-feiras santas, que chamam dia de finado maior, apinham-se os descendentes guaranis nos cemitérios, urbanos e rurais, em um berreiro de ensurdecer, cantos e choro em profusão.

As chipas, amontoadas sobre as tumbas (chipa é um biscoito de polvilho com mistura de queijo e outras coisas) e ao pé das cruzes são a moeda em troco da qual sobem as preces em propiciação à alma dos mortos. Os circunstantes têm direito àquelas chipas, independente de pagamento. Contanto que rezem. As mulheres, feias e bonitas, estão lá, cortejadas pelos preferidos e pretendentes. É um dia de namoro, como outro qualquer.

Outra religiosidade grosseira e contrária ao verdadeiro sentido dos dogmas cristãos, mas ainda observada entre essa gente, é a do batismo

das crianças que morreram pagãs, algum tempo e, algumas vezes, muitos anos depois do seu falecimento.

Sepultados ordinariamente nas proximidades das residências, os pagãos, cujas almas, segundo a doutrina da Igreja Católica habitam o limbo, ficam, na conformidade da crença dos que se acham vinculados a tais práticas, rodeando o lugar onde se encontram os seus restos, sempre a chorar, até que sejam batizados.

Os ministros do batismo, cujo rito varia, são os padrinhos escolhidos pelos pais. É mais um pretexto para reuniões, comezainas e bebedeiras, e ainda um sistema original de multiplicar os parentes espirituais.

Tamanha é a preocupação do guaranizado pelas coisas de aparência religiosa que muitos têm na cachola todo o calendário cristão, guardando de memória os nomes dos santos de todo o ano. Chegam mesmo a santificar, de conta própria, à revelia da Igreja, muitos dias do mês.

Às vezes dão tais nomes aos santos, em virtude da má versão do castelhano para o português, que se chega a ter dúvida se a Igreja os contemplou em sua agiologia. Santa Livrada é um dos casos. Mas ai daquele que trabalhar no dia de Santa Livrada!

E pouco importa tenha a Igreja suprimido alguns dias santos. Nunca mais deixarão de ser santificados, por maior que haja sido a chuva de decretos. O paraguaio não vai perder assim, à toa, um dia que já lhe deram para farras e fuzarcas.

(FRONTEIRAS GUARANIS, 1939)

O combate de Nhandipá

Visconde de Taunay

De repente, do fundo da escarpa que a estrada contornava, irrompeu um corpo de infantaria paraguaia, que se lançou sobre a nossa linha de atiradores, atravessou-a, dirigindo-se para o 17.° batalhão dela distante uns cem passos. Enquanto este se preparava para receber o ataque, os nossos atiradores, tornando a si da surpresa, que ao inimigo

permitira penetrar em nossas linhas, haviam-se voltado e o carregavam pela retaguarda. Foi quando numerosos grupos de cavaleiros apareceram, a galope, derribando e acutilando a quantos encontravam.

Travou-se, por toda parte, terrível entrevero: e tal que o nosso batalhão de voluntários de Minas hesitou a princípio em fazer algo, receoso de atingir amigos e inimigos. Acabou, afinal, por fazê-lo, juncando o solo de mortos e feridos. Isto pelo menos obrigou os paraguaios a recuarem e a fugir, mas somente para se reformarem a alguma distância.

Não podíamos deixar de esperar um ataque geral. Formaram os corpos quadrados e os canhões assestados nos ângulos despejaram nutrido e vivo fogo, cujos projetis atingiram a grota onde se alojara o grosso do inimigo.

Novo pânico de nosso gado, agora de efeitos mais graves do que da primeira vez, veio, então, comprometer-nos a situação, não só no momento como para todo o resto da retirada. Espavorida pelos estampidos do canhoneio, o mais forte que até então ouvira, apossou-se de nossa boiada vertiginoso terror. Abrindo passagem através de guardas e soldados, precipitaram-se os animais sobre as nossas fileiras, sobretudo à retaguarda, mais próxima de seu retiro. Produziu a princípio esta irrupção uma desordem que o comandante inimigo notou, trazendo-lhe provavelmente a sugestão da idéia da manobra que imediatamente executou. Distribuída em duas colunas profundas, toda a sua cavalaria arrancou, vindo rentear as faces laterais de nossos quadrados, como a convergir sobre a nossa retaguarda, para a esmagar.

Poderia esta manobra ter ocasionado a nossa perda; mas malogrou-se, sobretudo, graças à nossa infantaria que, colocada como estava, teve durante minutos o inimigo sob os seus fogos cruzados e lhe causou avultadas baixas. Amorteceram estes claros o ímpeto das massas, a quem os feridos e mortos, aliás, atrapalhavam. A arma branca não a poupava menos que as balas e a metralha. Vimos cavaleiros transpassarem-se sobre as nossas baionetas e assim pereceram acutilados. Sobressaiu o 21.° batalhão nesta encarniçada pugna, que à nossa retaguarda deu tempo de se consolidar contra o choque que a ameaçava. Não foi, contudo, a violência tão grande quanto a esperávamos, porque os inimigos, imaginando que nos acharíamos meio abalados, mas sentindo pelo contrário a nossa coesão,

graças ao vigor da resistência, não persistiram no ataque, acabando por circunscrever o seu esforço em apanhar o nosso gado que, espavorido, disparava pelo campo. Cercá-lo, dominá-lo, tangê-lo para a frente, foi para estes vaqueiros, os primeiros do mundo, obra de instantes. Depois, tudo desapareceu: estava o campo limpo e cessara a peleja. Foram os primeiros movimentos consagrados ao contentamento da vitória; e as aclamações que espontaneamente estrugiram em toda a nossa linha abafaram o estridor dos clarins e fanfarras.

A esta cena de entusiasmo e alegria, outra seguiu-se de desolação. Estava o terreno coalhado de moribundos e feridos inimigos. Vários dos nossos soldados, ébrios da pólvora e do fogo, queriam acabá-los. Horrorizados, debalde esforçavam-se os nossos oficiais em lhes arrancar as vítimas às mãos, exprobrando-lhes a indignidade de semelhante chacina.

Felizmente dominados pela impressão das ameaças do Coronel, a propósito das mutilações infligidas aos cadáveres, abstiveram-se os nossos índios de tocar em qualquer forma humana animada ou inanimada. Por isto mesmo redobraram de crueldade para com os cavalos, dos quais não pouparam sequer um só, estivesse ele estendido no chão, a dar sinais de vida, ou, então, ligeiramente ferido, a pastar, todo ajaezado ainda.

Via-se, aliás, como inevitável conseqüência destas cenas deploráveis, o saque desenfreado a que se entregavam os mascates e os acompanhadores do exército também, reclamando as mulheres o seu quinhão. Eram os corpos despidos e revistados; despojos sanguinolentos passavam, de mão em mão, como mercadorias, muita vez com violência disputadas.

Os cadáveres paraguaios, objeto dos primeiros esbulhos, ficaram assim nus, estendidos ao sol. Notamos um, o de um rapaz de formas atléticas, cuja cabeça, de uma têmpora à outra, perfurara uma bala. Tinha os olhos tumefatos nas órbitas e, apesar de todo o sangue que em abundância correra, ainda, de sob a fronte, lhe gotejavam grossas bagas, que pareciam lágrimas. Pungente emblema da passagem exterminadora da guerra sobre a sua valorosa nação, aniquilada pelo chefe implacável que a regia.

Quanta idéia lúgubre evoca um campo de batalha! Sobretudo nestas solidões imensas, onde o próprio gênio do mal parecia ter penosamente convocado e reunido alguns milhares de homens para que mutuamente se

exterminassem, como se terra lhes faltara para viverem em paz do fruto do seu labor.

Deixaram os inimigos no chão mais de uma centena de mortos, entre os quais divisamos um capitão e outro oficial, cujo posto, por falta de divisas, não pôde ser identificado. Raro que se veja tão grande número de cadáveres paraguaios num campo de batalha. Carregam os sobreviventes quantos podem e mesmo tomam alguns dentre eles a precaução de se atar pela cintura a uma das pontas do laço que sempre trazem consigo, prendendo solidamente a outra ponta ao arção da sela a fim de que caso caiam mortos ou gravemente feridos, possa o cavalo, acompanhando os demais na volta, levá-los ainda que em pedaços – feroz precaução que não deixa de ter tal ou qual grandiosidade.

Contamos do nosso lado muito mortos, todos do batalhão da vanguarda ou dos atiradores que o precediam. O tenente Palestino, que a estes comandava, tivera o peito atravessado por um lançaço de que dias depois veio a morrer. O tenente Raimundo Monteiro foi durante a ação apanhado a esvair-se em sangue. Levaram-no numa padiola; ao passar diante da companhia que comandava, bradou-lhe que lhe vingasse a morte. Recebera oito lançaços, dos quais o primeiro o derribara; e, mais ainda, tivera que sofrer do pisar dos cavalos. Restabeleceu-se, entretanto, e tivemos o prazer de ver rapidamente curado este valente filho da província de Minas.

Grande número de feridos brasileiros se transportaram de vários pontos; foram todos levados à ambulância provisória, onde os nossos médicos os puseram nos carros-de-bois, apertados, não há duvida, e uns sobre os outros, mas recebendo todos os socorros que as circunstâncias comportavam. Uma mulher de soldado, a preta Ana, antecipara nesta obra caridosa os cuidados da administração militar. Colocada durante a ação, no meio do quadrado do 17.°, desvelara-se por todos os feridos que lhe traziam, tomando ou rasgando das próprias roupas o que lhe faltava para os pensar e ligar, proceder tanto mais digno de nota e admiração quanto fora o da maioria das companheiras miserável. Escondidas quase todas sob as carretas, ali disputavam lugar com horrível tumulto.

O único ferido inimigo, encontrado vivo, tinha uma perna fraturada. Quis o coronel vê-lo, e a fim de o interrogar chamou o único filho de Lo-

pes, que falava o espanhol paraguaio. Parecia sentir horríveis dores e pediu água que avidamente bebeu. A sombra com que o cobrimos, rodeando-o, pareceu dar-lhe maior alívio ainda. Respondendo a algumas perguntas contou-nos que o comandante das forças com que combatêramos se chamava Martim Urbieta, o mesmo de quem já falamos; que o corpo de cavalaria, com quem acabávamos de pelejar, era de oitocentas praças, estando ainda outro a chegar brevemente.

Quanto às informações que lhe pedimos sobre a artilharia, respondeu nada ter a contar: nada sabia. Entretanto, espontaneamente, deu-nos notícias da Guerra do Sul. Havendo o filho do guia indagado se Curupaiti fora tomada, respondeu pelo monossílabo: "Não!" – E Humaitá? – "Nunca!" Então a guerra não está para acabar? – Após uma pausa, em que se lhe repetiu a pergunta, replicou o moço, como saindo de um sonho, e no tom de ênfase próprio da língua de sua gente: "A terrível guerra está dormindo!" Delirava. Levaram-no, então, para uma das carretas da ambulância.

O que a este incidente se seguiu (triste ocorrência que não quisemos, aliás, averiguar) foi, segundo o boato espalhado, que o desventurado, posto num carro atravancado e onde foi aumentar o incômodo de outros feridos e moribundos, desvairados pelo ódio e sede de vingança, acabou estrangulado. Certo é que poucas horas mais tarde, durante a marcha, foi lançado morto à estrada. Enterramos todos os nossos cadáveres em covas que mandamos abrir pelos índios. Quanto aos paraguaios, deixamos tal encargo aos seus compatriotas. Bem sabíamos haveriam de voltar logo aquele local, após a nossa partida. Com os seus sentimentos de homem profundamente religioso, teve o Coronel real desgosto deste abandono. Era, porém, o número dos cadáveres muito avultado, ia o dia alto e o calor tornava-se acabrunhador. Assim recomeçamos a marcha.

Tal foi o combate de 11 de maio, o mais importante da Retirada. Já o de 6 mostrara aos paraguaios o que valia a nossa gente; veio este confirmar o efeito em seu ânimo; e tal impressão se traduziu pela hesitação e a moleza que, daí em diante, mais do que nunca, lhes caracterizou os cometimentos. Ficou-nos, além de tudo, patente que, além da prática da guerra, faltava-lhes a inspiração tática, a que sabe apreciar os fatos, no momento em que se produzem e adivinhar os obstáculos para os vencer.

O seu ataque de infantaria tivera como fim levar a confusão à nossa vanguarda, de modo a entregá-la, no primeiro movimento de surpresa, à mercê da cavalaria. Baldado este plano, deveriam ter compreendido que a única probabilidade de triunfo restante residia nas cargas de cavalaria, cada vez mais impetuosas, e sustentadas por sucessivos reforços. Um pouco mais de hábito da guerra lhe teria dado a conhecer, aliás, quanto era a nossa disposição geral excelente e que, para a derrocar, se tornava preciso combinar emprego da artilharia, de que dispunham, com a ação da cavalaria. Sob este reforço simultâneo ter-nos-ia sido impossível, a princípio, defender as nossas bagagens e as munições que as acompanhavam; e depois os nossos quadrados, que às balas ofereciam dilatado alvo. E, então, as nossas fileiras, clareadas e combalidas pelo próprio fato de seu desenvolvimento, não teriam resistido à sua cavalaria, poderosa como era, com os pesados sabres de que dispunha.

Seja como for, vencêramos e ainda com este resultado excelente: crescera o coronel Camisão no conceito dos soldados pelo sangue-frio de que dera mostras. Mas, infelizmente, não bastava isto: perdêramos o gado. Que seria de nós sem víveres? Mandou o comandante chamar vários oficiais, uns após outros e, depois, longamente conferenciou com o velho Lopes, que, intrépido e até terrível, pode-se dizê-lo, em combate apenas travado, mostrava-se nas deliberações, mais do que ninguém o homem dos bons conselhos e inspirados expedientes. E só deste lado havia agora salvação a esperar.

(A RETIRADA DA LAGUNA)

A Praça dos Prazeres de Iguatemi

J. Barbosa Rodrigues

O famoso Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho e Moura, em 1765 era nomeado governador da capitania de São Paulo, cuja autonomia era restabelecida, cabendo-lhe a incumbência, por inspiração do Marquês de Pombal[1], de erigir um presídio nas vizinhanças da fronteira a separar as terras de domínio da Coroa portuguesa das pertencentes ao reino de Espanha, de acordo com o Tratado de 1750 formado entre os dois governos ibéricos.

1. Sebastião José de Carvalho e Melo, estadista português (1699-82). Foi primeiro ministro durante o reinado de Dom José I. Foi distinguido com o título de Conde de Oeiras e depois com o de Marques de Pombal. Governou discricionariamente Portugal e Colônias, sendo odiado pela nobreza e pelo clero, principalmente pelos jesuítas, que acabaram sen-do expulsos do Brasil.

Seria tal presídio um posto avançado, bem próximo à divisória Brasil-Paraguai, como que uma atalaia sempre alerta na defesa do solo conquistado pelos portugueses. Sem possibilidade de comunicação com Cuiabá, deveria São Paulo assumir responsabilidade de erigir, manter e colonizar a imensa e desconhecida região, pelo que dirigiu-se por carta ao governador mato-grossense capitão-general Dom Luís de Albuquerque, justificando a sua decisão colonizadora[2]. Foi assim que, em 1766, aproveitando a expedição que ia ao território paranaense, chefiada por Antônio França e Silva, instruiu a este para que distendesse a sua penetração até a região do Iguatemi. Nessa região França e Silva aprisionou alguns espanhóis fugitivos de Assunção.

2. Nessa justificação epistolar dizia o Morgado de Mateus: "Nesse negócio não havia consultado os limites que podiam haver entre esta Capitania e de V. Exª., por ser aquele sertão infinito que verdadeiramente se podia considerar sem domínio algum. Atendi unicamente a estender os limites destes Estados e adquirir para a Real Coroa de S. Maj. aquelas terras que tem pelos antigos tratados o mais fundado Direito; que depois fiquem pertencendo para esta ou aquela Capitania é para mim indiferente, pois o meu Governo acaba e tudo é da Monarquia, do mesmo Soberano, a quem zelosamente sirvo."

Meses depois, em novembro do mesmo ano de 66, o Morgado de Mateus idealizou a organização de uma outra expedição que oficialmente seguiria para os sertões do Ivaí, mas na realidade o seu destino seria os sertões iguatemienses. Sob o comando do guarda-mor João Dias de Barros, a referida expedição pôs-se em marcha no dia 28 de julho de 1767. Era integrada de "homens solteiros assim vadios como outros quaisquer que fossem" recrutados nas regiões de Itu e Sorocaba. Ao atingir a região interjacente do Iguatemi e do Forquilha à margem daquele, foi instalado o presídio que passou à história com a denominação pomposa de Povoação de Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi.

A Coroa portuguesa, por Carta Régia de 22 de março de 1767, aprovara a criação da Praça, o que ensejou a organização de expedições povoadoras, sendo as três primeiras comandadas pelo capitão Dias de Barros.

Enquanto "voluntários" povoadores eram aliciados a laço, no interior da Capitania paulista, a fortificação da Praça dos Prazeres era erigida pelo capitão de infantaria João Alves Ferreira. Era um arremedo de forte, constituído de sete faces, sete trenalhas, sendo três regulares e quatro irregulares. Os ranchos para abrigo dos povoadores, bem como a igreja, eram de taipa cobertos de capim e cascas de palmeiras. Roças foram plantadas ao redor da povoação, para alimentação dos povoadores para ali transportados.

Uma dessas expedições, talvez a quinta, de povoadores, tornou-se mais conhecida em virtude de o sargento-mor Teotônio José Juzarte, cumprindo ordens que recebera do Morgado de Mateus, haver redigido um diário, cujo manuscrito encontra-se no Museu Paulista, denominado "Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande, Paraná e Rio Gatemi em que se dá relação de todas as coisas mais notáveis destes rios, seu curso, sua distância e de todos os mais rios que se encontram, ilhas, perigos e de tudo o acontecido neste diário pelo espaço de dois anos e dois meses. Que principia em 10 de março de 1769. Escrito pelo Sargento-Mor Teotônio José Juzarte[3]."

3. Esse "Diário de Navegação" foi divulgado no íntegra por Affonso de E. Taunay na sua "História das Bandeiras Paulistas".

Esse Diário de Navegação, além de descrever todo o decurso da acidentada viagem, enfrentando os povoadores os mais cruéis sofrimentos, conta o que era a vida na Praça dos Prazeres, onde a fome, as pestes e as enfermidades, principalmente as febres, ceifavam a vida daqueles pobres condenados, reduzidos a um estado de penúria inconcebível, não faltando, vez por outra, as incursões do temido guaicuru, que assaltava as plantações e trucidava descuidados povoadores que caíam em suas mãos[4].

4. Ver *As Pragas do Gatemi* (Hist. da Terra Matogrossense, p. 43).

No ano de 1775, o Morgado de Mateus foi substituído no governo da Capitania paulista por Martim Lopes Lobo, que em correspondência

para a Corte portuguesa formulou graves acusações contra o seu antecessor, inclusive condenando as tais expedições encaminhadas ao "Tibagi e Iguatemi", que nada mais foram que causadoras de mortandade de indefesos moradores do interior da Capitania que se despovoara com a fuga de inúmeros cidadãos e suas famílias, temerosos de serem encaminhados para o matadouro iguatimiense.

Antes da substituição do Morgado de Mateus, a Corte portuguesa determinara, no ano de 1773, que o brigadeiro Sá e Faria visitasse Iguatemi. Ali o brigadeiro mapeou a região, levantou dados que fez constar de um relatório, datado de 4 de janeiro de 1775, concluindo pela inutilidade e inconveniência da manutenção da Praça dos Prazeres, pois a região se apresentava inacessível e cercada de dificuldades insuperáveis, nada justificando tantas despesas e sacrifícios. Antes de deixar a Praça, o brigadeiro Sá e Faria convencionou e assinou com o capitão-general D. Agustín Fernando de Pinedo um documento em que os pactuantes reconheciam o rio Iguatemi como fronteira natural e intransponível entre os domínios de Espanha e Portugal, o que ensejou aos castelhanos do Paraguai a ereção do posto avançado de São Carlos, na margem direita da torrente. Governando a Praça, Sá e Faria constituiu uma junta integrada do vigário Caetano José Soares, capitão Joaquim Meira de Siqueira e o tenente Jerônimo da Costa Tavares, até a chegada do comandante indicado pelo governo da Capitania. O Morgado de Mateus, apesar do relatório de Sá e Faria, persistiu na manutenção da Praça.

No ano de 1776 comandava a Praça o capitão José Gomes de Gouveia, quando uma conjuração o peou do comando, sendo substituído pelo vigário Antônio Ramos Barbas Lousada, por imposição dos conjurados, apesar da insistente recusa do padre, que parecia adivinhar o quanto de dissabores e sofrimentos lhe estavam reservados.

O capitão-general Agustín de Pinedo, tendo tido conhecimento do conflito que surgira entre a Espanha e Portugal, atravessou o Iguatemi e cercou a Praça dos Prazeres no dia 27 de outubro e intimou a rendição, oferecendo garantias para a retirada dos sitiados. Aos miseráveis habitantes da Praça e aos não menos infelizes membros da guarnição não restava outra alternativa a não ser atender à intimação de Pinedo. O padre-comandante, seguido pelos principais homens da Praça, assinou

os termos da capitulação. Após a retirada dos brasileiros rumo a São Paulo, Agustín de Pinedo ordenou que o presídio de triste memória, denominado pomposamente Praça de Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi, fosse simplesmente arrasado.

A rendição da Praça dos Prazeres custou caro ao padre Louszada e ao tenente Tavares, que responderam a conselho de guerra. Durante vinte anos o sacerdote penou nos calabouços da cidade de Santos, esperando em vão que seus pedidos de clemência fossem atendidos. Só foi libertado quando não mais tinha condições de sobrevivência. Ao deixar, porém, as terras do Iguatemi, o vigário Lousada levara consigo o sino da igreja, o qual mais tarde foi transportado para Itu[5].

5. Nos tempos de antanho o sino de uma igreja era o símbolo da religiosidade de um povo, o que justifica o cuidado do vigário Lousada em carregá-lo penosamente em sua retirada. Por onde andaria, atualmente, esse bronze levado para Itu? A sua localização seria uma peça importantíssima para Mato Grosso do Sul no dia em que tiver o seu museu histórico.

A Praça dos Prazeres, arrasada, não mais foi reconstruída. O tratado de Santo Ildefonso reconheceu a região como de domínio da Coroa portuguesa. Hoje, ela integra o território de Mato Grosso do Sul. Atualmente, neste último quartel do século XX, aquela região, considerada como verdadeiro inferno, está em franco progresso, constituindo território de prósperos municípios.

Os nomes de Pombal, do Morgado de Mateus e do vigário Lousada precisariam ser lembrados e homenageados pelas novas gerações que vivem naquela área ajudando a construir o futuro que lhe está reservado.

(HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL)

O Território de Ponta Porã

J. Barbosa Rodrigues

Na década de trinta, quando o movimento em prol da divisão de Mato Grosso viveu talvez a mais intensa e exaltada fase de sua história, é que ocorreu a realização, em parte, do seu *desideratum*. Deu-se isso em 1943, no dia 13 de setembro, quando o governo federal, então presidi-

do por Getúlio Vargas, houve por bem criar cinco territórios federais, sendo dois com áreas do território de Mato Grosso – Ponta Porã e Guaporé (hoje Estado de Rondônia). O primeiro deles na fronteira com o Paraguai e o segundo na região fronteiriça com a Bolívia. Os demais foram Amapá, Rio Branco e Iguaçu. O de Ponta Porã e o de Iguaçu tiveram existência efêmera.

A criação dos cinco territórios teve origem no mesmo decreto-lei presidencial, de n. 5.812, publicado no "Diário Oficial" de 29 do mesmo mês e ano. O território de Ponta Porã, rezava o ato presidencial, ficava compreendido a Oeste e Noroeste pelo rio Paraguai, desde a foz do rio Apa até a foz do rio Miranda; a Noroeste, Leste e Sueste pelo rio Miranda, desde a foz no Paraguai, até a foz do rio Nioaque, subindo por este até a sua nascente a daí linha reta e seca, atravessa o divisor de águas, entre o Nioaque e o Carandá até a nascente do córrego Laranjeira, desce por este até a foz do rio Carandá, continua descendo por este até a foz do rio Taquaruçu, prossegue até a foz do ribeirinho Corumbá, sobe por este até a foz do rio Cangalha, subindo até a nascente do rio Brilhante, desce por este até a sua foz no rio Paraná, descendo por este até a fronteira com o Paraguai , na serra de Maracaju. Ao Sul e Sudoeste, com a República do Paraguai, acompanhando o limite internacional, até a foz do rio Apa.

Desmembrado de Mato Grosso, passaram a integrar o Território os municípios e distritos de Ponta Porã (capital), Maracaju, Porto Murtinho, Nioaque, Bela Vista, Dourados e Miranda. A administração territorial, de acordo com o Decreto-Lei n. 5.839, de 21 de setembro do mesmo ano, seria a mesma do Estado do qual fora desmembrado. No ano seguinte, a 5 de janeiro, o coronel Ramiro Noronha foi nomeado governador do Território e, a 31 do mesmo mês, chegou a Ponta Porã, instalando o seu governo.

Foi assim que expressiva parcela da área territorial mato-grossense, praticamente desbravada e povoada por famílias vindas do Rio Grande do Sul, onde por primeiro se ouvira, no século anterior, o brado separatista, libertou-se dos liames que a prendiam à longínqua Cuiabá. Coincidentemente o chefe do governo federal era também de origem sul-rio-grandense.

A criação do Território de Ponta Porã, apesar de ser uma vitória para uns, foi decepcionante para ponderável parcela da região Sul-mato-

grossense, que tanto se batera pela separação da região Norte. Todavia, restava a esperança de que esse fora o primeiro passo para a almeja divisão do Estado. Em decorrência da criação do Território, justas e insopitáveis demonstrações de euforia tomaram conta da gente fronteiriça e um seu ilustre filho assim registrou o acontecimento: "Gente nova chega todos os dias. Aos magotes. A fronteira faz rebrilhar os seus olhares curiosos. A vivência com o Paraguai impressiona a todos: costumes, fala e hospitalidade. As cidades são irmãs: se entendem magnificamente. O que encanta a gregos e troianos. Mas... a cidade vaidosa, que carrega a esbelteza, é a brasileira. Por quê? Porque é a capital com todas as honras. Foi decisão do eminente Dr. Getúlio Vagas, Presidente da República. Nós lhe somos gratos – gratos de verdade, ao ilustre e buenacho filho de São Bor-ja. Gaúcho de muita fibra, que ama, com sinceridade, o nosso querido Mato Grosso, querência de milhares e milhares de gaúchos macanudaços[1]."

1. Hélio Serejo (*Crônica de Louvor*). PONTA PORÃ – POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO (p. 127), de Elpídio Reis.

Instalado o governo territorial, este passou a cuidar da sua organização administrativa e judiciária. Comarcas e municípios foram criados, não faltando especial atenção para com o ensino primário então praticamente inexistente na região.

A fim de facilitar o aproveitamento das férteis terras da nascente povoação de Dourados, o governador federal, pelo Decreto n. 5.941, de 28.10.43, implantou a Colônia Federal de Dourados, no município de Ponta Porã, numa área de trezentos mil hectares, dividida em dez mil lotes de 30 hectares cada, que foram cedidos a colonos, o que deu grande impulso à região com a colocação de inúmeras famílias de agricultores, principalmente nordestinos, o que ensejou alguns anos depois o surgimento de povoados e a criação de prósperos municípios que constituem a hoje denominada Grande Dourados. Esta Colônia deveria ter sido criada um ano antes, em 1942, em decorrência de sugestão do Ministério da Agricultura, não fora atitude adotada pelo interventor federal em Mato Grosso – bacharel Júlio Müller, que negou a cessão da área pretendida, sob alegação de que ela deveria ser localizada na região Norte do Estado... Foi essa atitude do então interventor recebida pelos sulistas como mais

uma demonstração de que o que fosse bom para o Sul não o era para o Norte. Getúlio Vargas, que na sua visão de estadista sempre esperava o momento oportuno para efetivar o que planejara, exarou, na ocasião, lacônico despacho nos seguintes termos: "Não querendo o Estado fazer cessão das terras escolhidas pelos técnicos do Ministério da Agri.cultura, não pode ser criada a Colônia. Rio. 19.05.942."

A 17 de novembro de 1945, o governador Ramiro Noronha, que demonstrara ser possuidor de alto tino de administrador, deixou o governo do Território, em virtude de exoneração solicitada. Substituiu-o o major José Guiomar dos Santos, que logo depois foi substituído pelo médico José Alves de Albuquerque.

No ano de 1946, promulgada a nova Constituição Federal, esta trouxe no seu capítulo de Disposições Transitórias, artigo 8.°, a extinção do Território Federal de Ponta Porã, voltando a sua área a integrar o Estado de Mato Grosso. Foi decepcionante para os territorianos a decisão constitucional. Em conseqüência, a esperança de que o sonho separatista um dia se concretizasse, voltou a ser uma constante no seio de toda a população que mourejava acima da torrente do Paraná.

(HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL)

A revolução de 1916

Paulo Coelho Machado

Os preparativos

Houve, em Cuiabá, no ano de 1916, grande movimento político para depor do governo do Estado o general Caetano Faria Albuquerque, eleito em 1.° de março de 1915 pelo Partido Republicano Conservador. Negando-se Caetano a exonerar funcionários públicos adversários para dar lugar aos apaniguados de seu partido, como era vezo na época, e mesmo hoje, o diretório do PRC rompe com o governador. Os líderes partidários eram o senador Antônio Azeredo e os deputados federais Aníbal de Toledo, Oscar Costa Marques, entre outros.

O general, sentindo-se desamparado, pede licença do cargo e está prestes a renunciar a ele definitivamente, quando o chefe do partido

adversário (PRM), coronel Pedro Celestino Correia da Costa, lança um manifesto ao povo de Mato Grosso, dando seu apoio a Caetano que, então, desiste da licença solicitada à Assembléia Legislativa. Isso bastou para convulsionar o Estado, havendo forte reação política e até armada, que passou a ser conhecida por Caetanada.

Não obstante a pequena influência exercida pelos governantes nesta parte distante da Capital, os meridionais, sobretudo os da fronteira, onde abundam os caudilhos gaúchos, estavam sempre empenhados em movimentos revolucionários, nos quais alguns entravam só pelo prazer da briga.

Acrescente-se que, como observou Pedro Ângelo da Rosa, a totalidade da Assembléia Legislativa era do Partido Republicano Conservador e, portanto, favorável à Companhia Mate Laranjeira, fato que descontentava os sulistas e os gaúchos, desejosos de tomar posse dos locais de arrendamento dos ervais. Esse o *punctum pruriens* da revolta no sul.

O major Antônio Gomes Ferreira da Silva subleva seu Regimento de Patrulhamento da Fronteira e passa a atacar o governo do general Caetano. Diz Virgílio Correia Filho que, desde dezembro de 1915, em Campo Grande, incumbiam-se os amigos de Gomes de propagar que ele iria a Cuiabá depor o presidente, se este não obedecesse ao partido.

Por essa razão trataram, o governo e seus novos adeptos, de organizar aqui uma força legalista para combater o caudilho.

Três colunas foram preparadas: uma de Campo Grande, uma de Aquidauana e a terceira de Ponta Porã. As duas primeiras eram comandadas respectivamente pelos coronéis Augusto Ilgenfritz e José Alves Ribeiro Filho (Zelito), contando com os seguintes oficiais: tenente-coronel Sérgio de Brum, tenente-coronel Germano Fechner, major Avelino Nogueira, capitão Juca de Melo e os tenentes Decorozo Ortiz, Jacques da Luz, Otacílio Batista (ten. Baianinho), Assis de Barros e outros.

A coluna da fronteira tinha na chefia o coronel Antônio Machado Salgueiro e como oficiais o cel. Modesto Dauzacker, os tenentes-coronéis Artur Azambuja, Jerônimo Belmonte, Mário Gonçalves, José Teixeira Campos; os majores Vicente Azambuja, João Batista dos Santos e Dorival Vasques; os capitães Domingos Barroso, Onofre de Mattos, Pantaleão de Brum, Godofredo Gonçalves, Gaspar de Alencastro, Nestor de Sousa,

Pedro Adão de Barros e Ercílio Vargas; os tenentes Astúrio Monteiro de Lima, Dalmácio França, João Cândido, Paulino Cabral, Palemão de Paula Vaz, Lauro Ferreira de Deus, Brisídio dos Reis, Jerônimo de Mattos, Afonso Kraimer, Diego Estellard e alguns mais.

O major Gomes, paraibano, de pequena estatura, que participara da Campanha de Canudos, no Nordeste, habituado à luta, dispondo de oficiais e soldados de escol, por ele cuidadosamente escolhidos e treinados ao longo de muitos anos, com larga experiência nos conflitos de fronteira e na missão contra Bento Xavier, profundo conhecedor da região, mostrava-se tranqüilo e confiante. Havia até uma banda marcial, a primeira criada no sul do Estado que, com seus dobrados, incentivava psicologicamente a tropa.

Os legalistas contavam, pelo contrário, com uma força improvisada e a quase totalidade dos oficiais era formada por civis, credenciados nos diversos postos da hierarquia militar para dar um arremedo de organização.

As colunas do centro marcharam para o sul onde se encontraram com a de Ponta Porã, na fazenda Voluntário, nas imediações de Vista Alegre. Foi, então, ordenado novo dispositivo, transformando-se as três composições numa só força e escolhido, por aclamação, o coronel José Alves Ribeiro Filho para comandante-chefe. Com a junção, a força passou a dispor de um efetivo superior a mil homens.

Entrementes, o major Gomes, depois de enviar mensagem a Aquidauana dizendo "nossa força está composta de 700 homens bem armados e municiados, dispondo de grande material bélico", passou a aguardar o inimigo na fazenda Monjolinho, de propriedade do cel. Clemente Barbosa.

Quem seguisse da fazenda Jardim, que pertencera a José Francisco Lopes, o Guia Lopes da Laguna, para a fronteira, em Bela Vista, passaria obrigatoriamente pela fazenda Monjolinho, o imenso latifúndio fundado por Dona Senhorinha Barbosa e seu primeiro marido, Gabriel Francisco Lopes, ali assassinado por seus escravos, antes da Guerra do Paraguai.

Seis léguas distantes da sede, ficava o retiro Água Amarela. Logo adiante, o passo do Rosário e, com mais oito léguas, chegava-se à antiga Colônia Militar de Miranda. No Passo do Rosário, no dia 15 de setembro daquele ano de 1916, travou-se pequeno reencontro de Gomes com a

vanguarda governista comandada pelo cel. Machado Salgueiro, saindo este derrotado. O grosso, obediente ao governo, prosseguiu e foi estacionar nas margens do córrego Água Amarela, onde se deu a importante batalha.

Os livros de Virgílio Correia Filho, de Pedro Ângelo da Rosa e de Demóstenes Martins afirmam a derrota do Gomes nesse encontro de Água Amarela. Consultei diversos moradores antigos da região, como Alonso Barbosa, que com seus irmãos Durval e Naur são os atuais donos da fazenda Monjolinho, Atanacildo Escobar, Olinto Fialho e considerei, sobretudo, o minucioso depoimento que me forneceu um protagonista de todo o episódio bélico, o coronel Astúrio Monteiro Lima, recentemente falecido. Tudo isso autoriza-me a tentar restaurar a verdade histórica. De fato, na batalha de Água Amarela, a vitória pertenceu aos revolucionários e não ao governo. Este venceu na batalha final da Colônia Militar de Miranda, cinco meses depois.

A batalha de Água Amarela

O comandante do Regimento Misto, Antônio Gomes, mandou uma patrulha avançada, sob as ordens do tenente Rodrigo Peixoto, que tinha como auxiliar o famoso sargento João Coco, sondar o inimigo. Por sua vez, Zelito fez a mesma coisa, em sentido contrário. O encontro ocorreu no Barro Preto.

Gomes, avisado, manobra rapidamente seus homens, instalando-os junto ao córrego Água Amarela, em local extremamente propício, na escarpa dos morros, de tal sorte que a entrada do acantonamento era exclusivamente pela Ponte Hu (Ponte Preta). Aí permaneceu em silêncio.

Os legalistas, como disse, contavam com uma força heterogênea e armas improvisadas, até facas amarradas em varas compridas, à guisa de lanças. Ostentavam, todavia, indiscutível superioridade numérica, cerca de mil homens contra os quatrocentos e não setecentos, como Gomes blasonava.

Segundo a informação do Olinto Fialho, contemporâneo dos acontecimentos, homem lúcido e observador, os primeiros soldados que atravessaram a ponte foram os comandados do coronel Augusto Ilgenfritz. Antes teria havido uma reunião do estado-maior, quando rapidamente

foi discutida a tática a empregar. Ilgenfritz preconizava o ataque coluna por coluna. Assim, precipitou o avanço de sua unidade, contrariando o consenso geral e a própria opinião do coronel Zelito, de que o fracionamento da tropa importava numa inversão da superioridade existente.

Mas Ilgentrfritz (avô materno da renomada atriz Glauce Rocha), havia tido uma quizília, certa vez, com o major Gomes. O fato ocorreu por ocasião da visita do presidente Costa Marques a Campo Grande, em 1912. Ilgenfritz fez um discurso inflamado na hora da despedida da comitiva, atacando o governo. Em dado momento, virando-se para o major Gomes, gritou: "Este ladrão de cavalos..."

Não pôde continuar a frase, pois foi o bastante para que o major, que comandava a escolta do Presidente, esporeasse sua alimária, aproximando-se do ofensor e, ato contínuo, enfiou-lhe a espada goela abaixo, dizendo: "Isso é para você calar essa boca." O ferido ficou muito tempo entre a vida e a morte. Recuperado, passou a devotar ódio mortal ao famoso adversário. Por isso, sedento de uma desforra, Ilgenfritz resolveu ser o primeiro a atacá-lo.

Ao ultrapassar a Ponte Hu, prosseguiu, vale adentro, sem pressentir que o declive dos morros estava apinhado de soldados inimigos. Na medida em que avançava pela angustura, os rebeldes recuavam pelos flancos, facilitando a penetração. Uma autêntica ratoeira.

Dois pelotões de Gomes contornaram os morros para bloquear a única saída quando veio o fogo cerrado, houve inúmeras baixas no regimento invasor. Os homens procuravam, em pânico, o caminho de volta pelo desfiladeiro. Seriam todos destruídos não fora a ação de Vicente Jacques, homem bravo, destemido, que resistiu tenazmente ao arremesso inimigo, cobrindo estrategicamente a retirada das tropas governistas. Estas acabaram duramente batidas pelos experimentados guerreiros do major Gomes que, entretanto, registrou algumas baixas, sendo ferido o coronel Ladislau Lima e morrendo, entre outros, o destemoroso corneteiro do regimento, abatido no instante em que, numa proeminência do terreno, expondo-se ao perigo, tocava AVANÇAR. No local, uma cruz assinala sua bravura, bem junto a uma vetusta bocaiuveira, nascida logo depois, como marco inconteste de homenagem da natureza ao homem valente.

A batalha, que começara às oito horas da manhã do dia 18 de setembro de 1916, terminou por volta das treze horas. Como saldo negativo da operação é de assinalar-se a morte do capitão Pantaleão de Brum, irmão de Sérgio, e de um sem-número de soldados, além de uma legião de feridos, entre eles o tenente Jacques da Luz, sendo que alguns, com muita dificuldade, conseguiram sair do local. Outros ficaram prisioneiros.

Diz Astúrio de Lima que estava ao lado do coronel Modesto e do tenente Diego Estellard, tentada em vão a última resistência, quando a debandada se desencadeou incoercível e dramática. Tomou parte nessa luta um menino negro de quinze anos, chamado Otaviano de Barros, conhecido por Otaviano Roxo. Conseguiu fugir, montado numa égua, voltou para a fazenda onde nascera, debaixo de um furgão, em Bela Vista. Mais tarde, brigou nas revoluções de 22 e 24. Matou muita gente. Era feroz e perverso. Em Campo Grande, como soldado, fez enorme roubo na arrecadação do Exército. Quando preso, afirmou que praticara o ato a mando de seus superiores, tenente Baianinho e de um sargento; no momento do interrogatório, disse, em alto e bom som, perante o auditor-de-guerra e demais membros do Conselho Militar: "Soldado mandado não é culpado". Foi absorvido.

No Paraguai

Grande parte dos combatentes derrotados preferiu emigrar para o Paraguai, onde foi tentado, pelo coronel Zelito, o reordenamento das tropas. Outros debandaram sem rumo.

Em Pedro Juan Caballero foram mal recebidos pelas autoridades locais. Por isso, deslocaram-se para Bela Vista. Aí tiveram melhor tratamento dos comandantes guaranis, tenentes Sanches e Skione. O primeiro, já como coronel, morreu na Guerra do Chaco, em Baía Negra, num ataque da aviação boliviana. Skione chegou a general-de-exército.

Baldos de recursos, os migrantes passaram a trabalhar nas fazendas, a troco da alimentação. A maior concentração de brasileiros foi na margem do córrego Estrela. Ali combinaram o retorno ao Brasil, por meio de uma invasão chefiada por Sérgio de Brum, homem audaz e prático no sistema de guerrilha, embora estivesse acabrunhado, coberto de luto, barba crescida, pela morte do irmão Pantaleão, o famoso coronel Panta.

Para aceitar a missão, o coronel exigiu de todos obediência irrestrita às suas ordens e o compromisso de ninguém recuar em qualquer missão, por mais perigosa e difícil que se apresentasse. Distribuiu as primeiras tarefas e planejou rapidamente o deslocamento, que se deu de imediato.

Nesse momento, o velho político, coronel Machado Salgueiro, que contava mais de setenta anos de idade, fez esta proclamação: "Rapaziada! Vocês pretendem, com a invasão, realizar um ato de desatino e desespero. Já me manifestei contra essa resolução. Entretanto, sinto-me responsável pela presença de vocês nesta luta." E com lágrimas nos olhos, já montado em seu cavalo, exclamou: "Eu não fico."

No barranco do rio Estrela, supersticioso, fez seu animal pisar com a pata direita o solo brasileiro, concitando a todos que o imitassem e, tirando o chapéu, gritou: "Viva o Brasil!" Disse-me Astúrio de Lima que foi nesse estado de ânimo que "nós, os 46 loucos do Machado, partimos para aquela aventura".

O coronel Zelito permaneceu mais algum tempo em território paraguaio aliciando homens e reorganizando um segundo escalão para enfrentar novamente o inimigo poderoso. Durante o combate revelara-se um chefe sereno e impávido. Aceitou a derrota, promoveu a retirada das tropas da melhor forma que conseguiu, diante do pânico generalizado, pelo qual, contudo, não se deixou contaminar.

(A Rua Barão)

O primeiro documento

Astúrio Monteiro de Lima

São por demais conhecidas as causas que levaram um grande número de rio-grandenses-do-sul a abandonarem os seus pagos, buscando um ambiente diverso, isento de ódios e perseguições geradas pela política extremada que de longo tempo imperava naquele glorioso Estado da Federação brasileira. Antes mesmo de estourar a conhecida Revolução de 93, levas e levas de homens iniciaram a emigração para Corrientes, província argentina, que praticamente constituía a primeira etapa do êxodo rio-grandense rumo a Mato Grosso.

Aqueles que possuíam gados ou outros haveres, transpunham tudo, como podiam: em pequenas embarcações ou a nado para o outro lado do rio Uruguai.

Conheci, entre tantos outros, um desses patrícios – dos primeiros chegados a Ponta Porã – e de quem guardo a mais grata recordação: Constantino de Almeida. Confesso aqui: Honra-me citá-lo como uma das pessoas que – com os seus grandiloquentes exemplos, por mim apreciados desde a adolescência – concorreu e fortaleceu a minha formação de homem amante do trabalho e da decência.

Este velho gaúcho chegou pobre ao Estado de Mato Grosso. Entretanto, pelo trabalho perseverante conseguiu uma bem havida fortuna, vindo a falecer com mais de 90 anos de idade, até então, sempre lúcido e bem humorado. Contava-nos, com detalhes preciosos, as coisas do Rio Grande de seu tempo, de Corrientes e do Paraguai, que atravessou para chegar a Mato Grosso.

Alguns dias antes de morrer, mandou chamar-me para distraí-lo com informações pormenorizadas sobre os negócios de gado, de terras e também, a respeito de política, coisa de que sempre gostou, embora dela estivesse afastado há muito anos. Já estava nos seus últimos dias de vida, doente e acamado, impedido de andar pelo reumatismo que o entrevara; não obstante, quis, assim mesmo, num gesto de gratidão – segundo suas próprias palavras – rememorar a sua vinda do Rio Grande e, assim, falou-me descritivamente: "No meu Estado, eu sempre fui um simples campeiro. Filho de pais pobres, me criei no rigor do tempo, trabalhando como peão nas estâncias, campereando, tropeando e carreteando; às vezes me jogavam na roça para o cultivo de cereais para o nosso próprio consumo. Aprendi a fazer de tudo referente às lides de uma estância: fui bom nos arreios, no laço, nas boleadeiras, eu trabalhava como capataz de um rico estancieiro que era muito amigo do general Pinheiro Machado e um dia o patrão chamou-me e me fez esta confissão: 'Constantino, o Pinheiro me disse que está para sair uma revolução arrasadora, aqui no nosso Rio Grande, e me aconselhou a emigrar para a Argentina uma parte do meu gado. Eu vou aceitar o conselho e você é quem vai se encarregar de atravessar esse gado para outro lugar do rio Uruguai. Eu já arrumei campos,

em Corrientes' – e passando o último lote de novilhas, já as forças começaram a se organizar de lado a lado.

Em Corrientes, nesse tempo, os lugares eram infestados de salteadores que roubavam gado, matavam os campeiros e, nas moradias, matavam até mulheres e crianças. Eu tinha que viver, dia e noite, cuidando de minha família e do gado. É verdade, entretanto, que eu possuía bons companheiros; por várias vezes topamos com os correntinos do célebre Gato Mouro e, também, do famoso Sapirê-Gancho, outro castelhano perigoso e de má índole.

Quase um ano, eu e minha família vivemos em constantes sobressaltos, em Corrientes; eu já me malquistara com os bandoleiros, e minha vida corria sério perigo; mas, nesse tempo, as forças da revolução haviam se afastado da zona de São Luís Gonzaga. Fui, então, dar um *vistaço* na fazenda de meu patrão, onde eu gostava tanto de trabalhar, campo afora, encilhando cavalos de minha escolha, entre aqueles que eu mesmo ajudei a domar montando ou *amadrinhando* desde o primeiro galope. Chegando à fazenda, achei tudo diferente – e, que tristeza! – tudo estava arrasado: a casa quase que abandonada, e nela, somente um velho casal de pretos; não havia mais gado, nem cavalos, nem mulas; ali, as aves que eram aos centenares, não foram poupadas pelos revolucionários... para não dizer que não existiam mais aves, ainda vi alguns patos alçados da fazenda, voando pelas proximidades; os currais estavam queimados, os aramados destruídos e o matagal chegando até as portas da casa, enfim, era uma autêntica tapera aquilo que fora uma das melhores estâncias daquela fronteira.

Mal situado na Argentina e entristecido com o meu Rio Grande, resolvi procurar o patrão em São Luís, para lhe dizer que arranjasse outra pessoa para atender os seus interesses em Corrientes, porque eu estava disposto a tentar a vida em Mato Grosso. Contei-lhe a minha situação de perigo e ele, embora me dando razão, argumentou fraternalmente: 'Não vás ainda. Te agüenta mais um pouco por lá, pelo menos mais quatro meses; passarei a te pagar duas onças por mês'. Eu, que sempre me tornei amigo dos meus patrões, não, não tive coragem de negar ajuda, diante da situação calamitosa em que se encontrava o meu amigo; depois de pensar um pouco, respondi-lhe que ficaria os quatro meses.

Decorrido esse longo prazo, acertei minhas contas, entreguei tudo ao meu substituto, juntei o que me pertencia: a mulher, três filhos, quarenta animais cavalares, uma carreta e uma quarteada de bois mansos, e me larguei na estrada rumo ao Paraguai; atravessei o território das Missões argentinas, nas proximidades de Encarnación; entrei no Paraguai e procurei o rumo de Vila Rica mas lhe digo – dali em diante a coisa foi dura: fui alcançando outros patrícios, muitos deles sem recursos de boca – porque naquelas paragens havia uma pobreza medonha: não se encontrava o que se comprar, mesmo com dinheiro no bolso – passava-se fome.

Fomo-nos juntando e viajando, uns socorrendo aos outros, mas todos, indistintamente, passando necessidades, até que em certo ponto, onde havia uma boa mata e um campestre com boa aguada, resolvemos parar e fazer roças. Ficamos mais de oito meses, municiando-nos de víveres e engordando os animais, para depois continuarmos – picada afora – na estrada chamada Palomar, até as imediações de Turim, onde já avistara o Brasil novamente.

Logo adiante, já em território brasileiro, acampado e fazendo moradia, estava o Adão de Barros; mais para a frente, foram ficando outros companheiros de viagem, todos alegres porque estavam pisando terra brasileira; com o indescritível contentamento, até os ares nos pareciam diferentes. Quando saímos mais para o largo, já começando a enxergar as coxilhas de Mato Grosso, um dos companheiros – dominado por intensa emoção, quebrando, de repente, o chapéu na testa – deu de escaramuçar o cavalo, ora para um lado, ora para outro, atropelando e esbarrando em tudo. Gritei-lhe, um tanto nervoso: 'Você está ficando louco? Não vê que assim vai acabar de cansar o cavalo?'

Ele, então, com os olhos umedecidos de pranto, me respondeu: 'Me deixe, Constantino, a minha alegria é demais... parece que o nosso mundo velho se abriu de novo em nossa frente'. Compreendi logo o que se passava com o Chico de Assis: era a lembrança dos pagos queridos. Foi preciso um esforço muito grande para que eu não fizesse coisa parecida com as gauchadas do companheiro. Afinal atingimos a cabeceira Jovai, muito perto do lugar onde mais tarde seria fundada a cidade fronteiriça de Ponta Porã.

Sabendo que ali em Capivari (a três léguas, Paraguai adentro), existia um posto fiscal brasileiro, acampei a família e para lá me dirigi com o pro-

pósito de pagar o imposto de introdução dos meus animais. Eram as primeiras autoridades com as quais iria eu tomar contato em Mato Grosso; porque em todo o longo percurso vencido, não havia outro posto fiscal nesse tempo.

No mencionado posto fiscal, naquele mesmo dia, conheci os dois primeiros mato-grossenses: Emílio Calhau, que era o agente, e Olímpio Monteiro de Lima, que servia como escrivão da repartição e que era o seu pai, Astúrio!" Naquele instante, o velho Constantino, com esforço e trêmulo de emoção, tirou debaixo do travesseiro um papelzinho; sentou-se no leito, meio ofegante, e apertando o documento nas mãos envelhecidas, porém, sempre honradas e dignas, se expressou nestes termos: "Este foi o primeiro documento que recebi em sua terra, assinado por dois ilustres mato-grossenses , sendo que um deles – o Olímpio – eu passei a estimar como se fora meu próprio irmão; foi ele quem, nessa mesma ocasião, me fez a entrega de uma carta de recomendação a seu avô, cCel. Rogaciano, com quem comecei a trabalhar; um e outro foram os esteios nos quais me arrimei quando cheguei, pobre e desconhecido, a esta terra abençoada".

Presentes estavam um neto e uma neta do velho. O doente que deitara, visivelmente extenuado, passou às minhas mãos um descolorido talão de imposto, datado de 1894, onde constava o pagamento de "mil e oitocentos réis", pela introdução dos quarenta animais cavalares.

Na minha presença pediu a sua neta que colocasse o precioso documento no bolso de seu paletó, quando o sepultassem.

Foi atendido pelos netos em seu derradeiro pedido. Findava-se assim, uma vida de energia, de gratidão, de trabalho e de nobreza!...

(MATO GROSSO DE OUTROS TEMPOS)

Nunca-te-vi

Raquel Naveira

Lá perto da fronteira
Havia um lugar chamado "Nunca-te-vi".

Nunca-te-vi...
Parecia que o passarinho mudara de canto

E agora, quando subisse na amoreira
Ou passasse rasante no telhado
Deixaria recado muito mais sofrido:
"Nunca-te-vi..."

Nunca-te-vi...
Nunca,
Nunca tem peso de eternidade,
Tem fatalidade de distância;
Nunca te vi
E, no entanto, isso que nunca vi
É a coisa mais importante da minha vida,
É minha essência,
É tudo que me falta.

Nunca-te-vi...
Ai, mundão de Deus!
Cheiro de mato crespo,
De porteiras rangentes,
De garças longilíneas,
De bois opacos
Balançando as papadas.

Conheço tanto mistério
Que já fui num lugar
Chamado "Nunca-te-vi".

(NUNCA-TE-VI)

Curusu-paño

Raquel Naveira

Na beira da estrada
Desfilam cruzes toscas,
De galhos entrelaçados;
Os braços finos de cipó
Carregam um pano branco

É o curusu-paño.
Sudário sagrado.

Por que tiveram esse cuidado?
Esperam que o morto enxugue eternamente
O suor
E as lágrimas do rosto?
Que os vivos ensopem eternamente
Lençóis de desgosto?

Por que tiveram esse cuidado?
De que serve ao último banquete
Essa toalha?
De que servem aos fantasmas
Pedaços das velas de um navio?
De que serve ao cortejo das almas
O arrastar essa mortalha?

Será respeito?
Véu sobre a cabeça?
Sinal de quem padeça
A dor infinita da perda?

Na beira da estrada,
Sobre a cruz, curusu,
Pousa um urubu
Vestido sobriamente
Em sua casaca de luto.

(NUNCA-TE-VI)

Canção paraguaia

Raquel Naveira

Quando se ouve uma canção paraguaia,
O som da harpa
Que arranca do peito

A farpa da saudade,
É preciso esperar que uma lágrima caia.

Quando se ouve uma canção paraguaia,
Falando de lagos,
De amargos abismos de amor,
É preciso deixar pelos poros da alma
Que a angústia saia.

Quando se ouve uma canção paraguaia,
Longe da terra que a gente ama,
Toda feita de árvores e lembranças,
É preciso arrastar-se na emoção que nos desmaia.

Quando se ouve uma canção paraguaia,
Brota de dentro de nós um grito,
Um gemido,
Como animal ferido
De cujos olhos o paraíso ainda esvaia.

(NUNCA-TE-VI)

Sanga Puitã

Raquel Naveira

Esse nome, Sanga Puitã,
Lembra sangue,
Pitanga,
Cravo vermelho,
Lábio que se pode mastigar
Como polpa de uma fruta.

Esse nome, Sanga Puitã,
Lembra a paraguaia exuberante
Na sua pele morena,

Nos seus vôos de renda,
Garrafas verdes
Equilibradas sobre seu sorriso doce.

Esse nome, Sanga Puitã,
Lembra guarânias quentes
Que falam sobre presentes de amor,
Lagos claros,
Índias de cabelos negros,
Combatentes de guerra.

Sanga Puitã...
Será expressão guarani?
Significará algo com abelha,
Sol da manhã,
Bordado nhanduti?
Esse é o mistério de hoje...

(NUNCA-TE-VI)

Os carreteiros

Acyr Vaz Guimarães

A carreta foi o único meio de transporte sobre rodas utilizado. Ao seu condutor dava-se o nome de carreteiro.

A coluna comportava-se como uma cidade em marcha. Precisava, portanto, ser atendida em todos os seus pormenores; assim, afora as carretas que acompanhavam obrigatoriamente a tropa, havia as que faziam o transporte pelos caminhos ou trilheiros, pertencentes aos comerciantes: as primeiras carregavam víveres, munições e os doentes; as últimas, mercadorias, como tecidos, quinquilharias, abrigos para frio, sal e alguns víveres.

Quando dos embates de 6 e 8 de maio, em Laguna, as carretas dos comerciantes já estavam em Machorra, que dista légua e meia do forte de Bella Vista. Ciente disto, o comandante, ao retrogradar, sentiu neces-

sidade de noticiar aos carreteiros a retirada e determinar seu regresso urgente para Nioaque, onde ficariam sob a proteção do pequeno destacamento do serviço de intendência. Seu emissário, no entanto, encarregado de levar a ordem, foi emboscado e morto.

Inopinadamente, surge no acampamento das forças, nas proximidades de Laguna, onde no dia seguinte dois corpos do pequeno exército brasileiro se bateriam com os paraguaios, um mascate que se adiantara da longa fila de carretas que de Nioaque demandavam o Apa; estava, como a tropa, em território paraguaio. Chamava-se Saraco.

Não foi pequeno o medo de Saraco ao fazer a travessia do Apa até o acampamento brasileiro, três léguas à frente. Piquetes de cavalaria paraguaia rondavam os arredores e infantes emboscavam nos capões de mato e restingas. Foi surpresa para o comando e para a soldadesca a presença de Saraco naquelas circunstâncias e quiseram saber como fizera o bravo carreteiro a perigosa travessia.

Conta Saraco, sem delongas e em meio a risos de quantos o rodeavam: "Simulei comandar um batalhão e, na medida do medo, eu dava em altos brados voz de comando à tropa, às vezes mandando cruzar baionetas e, outras, gritando recomendação para reconhecer as redondezas."

Viajando à noite, toda a cena se passava na escuridão que envolvia os descampados e os capões de mato por onde passava.

Saraco descarregou suas carretas, regressou pelo mesmo caminho, aplicando os mesmos ardis. A tropa, porém, tinha dúvida de novo sucesso.

Passaram-se os dias e, com a retirada, ninguém mais se lembrou de Saraco. À chegada a Nioaque, a tropa exausta e diminuta, vira no descampado, correndo ao seu encontro, um vulto espavorido. Soldados da vanguarda abriram fogo. O vulto caiu e rolou por trás de um cupinzeiro. Deram por morto o intruso invasor! A vanguarda, depois de mais alguns tiros, observou que, detrás do cupinzeiro, se levantava um pano branco encimando uma varinha. Lenta e cautelosamente, levantava a cabeça, os braços e, por fim, todo o corpo. Perceberam que era alguém que se rendia. Talvez um paraguaio desertor! Mas não. Era Saraco!

Entre risos e galhofas, dando alguns minutos de alegria à tropa sob terrível drama, ali estava, de novo, o italiano Miguel Ângelo Saraco,

possivelmente o único sobrevivente entre os carreteiros que faziam a longa fila de carretas que, de volta, demandavam Nioaque.

Tivera sucesso, Saraco, para o regresso, embora sem sua carreta.

Os carreteiros participantes da tropa, pelos campos rumo à fazenda Jardim, aos poucos, morrendo uns, ficando outros sem seus bois (abatidos para o consumo), sem suas carretas (queimadas para aquecer os doentes), foram desaparecendo da tropa. Desapareceram todos, tudo – bois, carretas e carreteiros.

A última carreta rangia, sustentada em eixo de grosso madeiro colhido nas montanhas de Minas Gerais. Seu rodado, de raios quase torneados, tão bem feito por artesão mineiro, encaixando-se no cubo de ipê centenário e nas cambotas chapeadas em aro de ferro das forjas de Ouro Preto, percorrera os sertões de Minas, Goiás e Mato Grosso, adentrara o Paraguai; agora estava de volta.

De volta, apinhada de valentes homens vencidos por um pequenino e traiçoeiro germe, num contraste para quem lutara de lança, espada e baioneta, contra outros valentes.

Rangia, como se fossem seus os gemidos dos bravos que carregava aos solavancos através dos Campos das Cruzes rumo à fazenda Jardim.

Toldada de couros sovados pela inclemência do sol e de chuvas, abrigava, em seu espaço, homens que, em lamúrias e gritos de dor, deixavam pernas, braços e cabeça, de odor pouco agradável, balouçando à solta para fora de sua mesa.

Era sua última missão. Sua carga ficaria no pouso seguinte entregue à própria natureza – a ela que criara o minúsculo germe para, aos milhões, transformar o organismo de tantos valentes num campo de batalha onde células se engalfinhavam com outras células em titânica luta.

Descarregada, entra a destroçá-la o machado empunhado por algum forte que o manejava aos golpes certeiros, fazendo-a em pedaços para transformá-la em chamas rutilantes e poder sanear o ambiente, como a espantar os pequeninos germes.

Seus bois (dois do coice, dois da quarta e dois da guia), dóceis, magros, sedentos por água, serviriam de repasto – ingrato repasto! – aos

míseros soldados da coluna que nem o couro deixavam de comer, semi-assado ao fogo de chamas nascidas de tudo aquilo que até pouco fora a carreta que puxavam. A última carreta! Aquela que rangera em dias gloriosos pelos sertões e pelas campinas, em busca de glória maior para a pátria! Deixava suas cinzas, à margem do ribeirão, como fertilizante para alimentar as flores do campo que ali, mais tarde, com certeza, se levantariam como derradeira homenagem aos heróis que carregara!

Permaneciam, ainda em marcha, os carreteiros comerciantes que saíram de Machorra para Nioaque, pela estrada. Deles não se tinham notícias.

É de cerca de 3,5 léguas a marcha normal, por dia, de uma careta a boi; mas os carreteiros, escondendo-se por vezes, avançando outras, além da obrigação de alimentar os bois dando-lhes pastos e água, faziam uma marcha muito lenta; ainda mais, tinham pela frente rios que, na época, estavam cheios. Fácil foi aos paraguaios, portanto, alcançar as carretas em marcha. As carretas dos comerciantes marchavam, de Machorra para Nioaque, pela estrada que, na época, como outras, costumava chamar-se de geral.

Chuvas extemporâneas, pouco comuns nos meses de maio, faziam transbordar o rio Miranda, os ribeirões São Francisco, Feio, Santo Antônio, Desbarrancado, Canindé e Nioaque, que a estrada geral atravessava. Esta uma das razões aventadas por Lopes e aceitas por Camisão, para que a marcha da coluna para Nioaque fosse feita através da fazenda Jardim, através dos campos.

A notícia da retirada chegara aos carreteiros estacionados em Machorra e longa fila de carretas marchara de volta. Mais de vinte carretas cheias de provisões; uma centena ou mais de bois de canga; cavalos e homens, presa fácil e rica para os paraguaios.

Pachorrentamente, os bois de canga, por vezes, sem beber água e sem receber o pasto macio que, ao seu alcance, lhe era negado, tracionavam as carretas, em silêncio apenas quebrado nos atoleiros por um *Vamos boi, força!* do carreteiro, que os bois sabiam entender para um esforço conjunto, do coice ao guia.

Atentos, os carreteiros, indefesos, cingiam-se às circunstâncias de uma viagem rotineira, sem alternativas. Em conferência ouviram, ao passar pela Colônia do Miranda, de um experiente militar, que ao invés de viajarem

para Nioaque, deveriam tomar o rumo da fazenda Jardim dali distante cinco léguas – ali passaria obrigatoriamente a tropa em retirada para dar-lhes cobertura. E se não chegasse a tempo de protegê-los contra um ataque inimigo, fácil seria o entrincheiramento, utilizando as próprias carretas. Mas não!

Resolveram os carreteiros arrostar o perigo, enfrentando os trilhos batidos da estrada para Nioaque. Deixariam a fazenda Jardim à esquerda e varariam os ribeirões.

Viajava a longa fila rumo a Nioaque, em comboio, até que a cavalaria paraguaia, alcançando-a, a destroçou. Os bois e os cavalos foram apreendidos. As carretas, saqueadas. Os carreteiros fugiram ou foram mortos.

À margem do Canindé, que ainda corria com águas turvas, no primeiro dia de junho, os soldados brasileiros retirantes encontraram inteiro e frio o cadáver de Apolinário Pereira Sampaio, que morrera indefeso, não fazia muito, assassinado pelos paraguaios, por não ouvir a voz experiente do velho tenente da guarda nacional de Goiás, Vieira de Resende, na Colônia do Miranda.

Pelo chão esparramavam-se víveres, que os paraguaios não puderam carregar. A soldadesca, com fome, atirou-se aos restos com verdadeira fúria, disputando acerbamente o alimento quase estragado; não fosse a energia dos oficiais e um expediente de última hora adotado – o de fazer soar o clarim dando sinal de *inimigo à vista,* talvez ali se desenrolasse um quadro triste para uma tropa que vinha disciplinada.

Já não havia mais carretas, nem mesmo as dos comerciantes. Com elas desapareceram as provisões, inclusive os bois mansos de tração.

Os índios

Acyr Vaz Guimarães

Havia, na época, na vastidão dos campos entre o Apa e o Aquidauana, mais índios do que brancos. Em pequenas tribos, vagueavam pelos campos e pelas matas da região. Animais silvestres, os veados dos campos em bandos, os solitários mateiros, as antas, as varas de queixadas

e os tatus eram caçados por eles nas matas ciliares que acompanham os rios. Nos campos encontravam às centenas as perdizes e codornas, as seriemas e emas, aos bandos, e as aves aquáticas (paturis e patos), nos charcos e lagoas.

As frutas dos cerrados (o pequi, os araticuns, os araçás, os marmelos, os cajus, as guaviras, as pitangas), tudo em abundância, faziam fácil a vida dos grupamentos indígenas que, por vezes, cultivavam pequenas roças para o plantio do milho, de mandioca e das abóboras. Nada lhes barrava o caminho nas andanças e, conhecedores da região, mudavam freqüentemente de moradia, num permanente rodízio feito de acordo com as estações do ano em busca de seu alimento.

Em Ipegue, Naxedaxe e outros lugares à margem do Miranda e do Aquidauana, aldeavam-se muitas tribos. Os Guaicuru, os Terena, os Quiniquinau, os Laiana e outros por ali viviam fazendo em Miranda o seu centro para vender algum produto que viesse a obter da terra como mandioca, farinhas e abóboras.

Os índios foram sempre inimigos dos paraguaios, a quem chamavam de espanhóis. Por esta razão refugiaram-se todos, uns nos Morros, outros mais além, nas fraldas de serra de Maracaju. Os Laianas foram para mais longe, no Corredor, além da fazenda Camapuã, onde viviam os negros libertos da velha fazenda e onde Taunay, de viagem para a Corte, fez-lhes visita, encontrando-os vivendo miseravelmente.

Nos Morros, Taunay e Lago, em estudo do caminho que traria a tropa de Coxim para a vila de Miranda e da posição do inimigo, viveram com os Terena ali acampados, refugiados.

Os Terena e os Guaicurus incorporaram-se à tropa e lutaram de igual para igual com os soldados brasileiros.

Os Terena eram a menina dos olhos de frei Mariano de Bagnaia, tanto que o missionário fizera um "capitão" viajar para o Rio de Janeiro a fim de tratar de assuntos relacionados com eles, junto à Corte. Este fora José Pedro, que lia e escrevia perfeitamente o português.

Tinham, na aldeia, uma pequena capela coberta de telhas, onde frei Mariano lhes ministrava o catecismo aos domingos, ensinando-os também a ler e escrever, de par com o Evangelho.

Pela noite, no lusco-fusco que a lua trazia à serra em réstias de luz marcando a silhueta dos capões, das árvores e das grandes pedras, quietos, desciam os índios refugiados nos Morros para a baixada junto ao rio Aquidauana. Levavam um ou dois bois mansos, cavalgadura das mulheres nos bons tempos em que faziam suas andanças em liberdade pelas campinas de Luaiad e Lalima. Ao pescoço forte, em cordas trançadas, de couro cru sovado, carregavam os mansarrões bovinos pequeno cambão de forte madeiro, com idêntica corda, no outro extremo, de presilha e resistente botai de couro.

Os valentes nativos, conhecedores de todos os meandros do rio Aquidauana, a cavalo uns, a pé outros, desciam a serra em ziguezague, para atravessar o rio limite de bandeiras e de línguas. Passavam no vau e se punham em espreita para a descoberta do gado que por ali vinha dormir debaixo das macaubeiras. Os bois mansos, habituados àquela faina, reuniam-se aos que por ali dormitavam ruminando o caldo grosso, regurgitando num constante vaivém de capim já fermentado, pronto para ser remastigado.

Os índios, escondidos, de pronto, jogavam ao mais descuidado animal a laço de couro de cervo, em tiro certeiro. Iniciava-se pequena luta, dura, para a contenção do bruto animal. Outro laço era colocado na anca, prendendo as virilhas do animal em corcovos. Esforço de um ou dois deitava ao chão o pesado boi, vencido pela experiência dos nativos.

Sobre seu pescoço, de sinuelo ao lado, metiam-lhe o outro extremo da corda trançada presa ao cambão, em laçada apresilhada que não o apertasse. Estava jungida a presa e, desvencilhada dos laços que a prendiam, cabia ao mansarrão o resto da obra, tomando a direção dos Morros, em ziguezague, por entre pedras altas, árvores e caraguatás. Voltavam todos – bois, presa e índios – para o acampamento no pico da serra, onde chegavam com os primeiros albores do novo dia.

Estava realizada a caçada, trazendo carne fresca e saborosa para recompor forças gastas na faina de cultivar a terra. Era a sobrevivência vigiada que cabia àqueles homens do sertão, habituados com a liberdade desde o nascer, certos de seu retorno para poderem rever os campos de Luaiad e Lalima e contemplar a majestosa serra de Maracaju, de silhueta azulada, ao longe, que marcava os limites de seus domínios para os lados do sol nascente.

Fizeram os índios toda a campanha do Apa, junto com os soldados brasileiros, portando-se como autênticos heróis. Após a passagem do Apa, em retirada, os médicos reconheceram a cólera atacando um índio, o primeiro caso. Mantida inicialmente em sigilo a ocorrência, para não provocar alvoroço junto à tropa e também para melhor observação médica, nos dias seguintes, surgiram mais três casos.

A terrível conjuntura vivida por todos fazia dos índios um grupo de homens submissos, ordeiros e orgulhosos por participarem da defesa do solo que era também seu. Permaneceram coesos, disciplinados, atendendo a todas as ordens de seus comandantes, até o fim da campanha, ainda que, à vista do morro de Margarida, motivo de passageira alegria aos homens da coluna desorientada nos vastos campos do Apa, sucumbisse de cólera o chefe combatente dos Terena, Francisco das Chagas, sem receber, como José Pedro, a extrema-unção do padrinho e benfeitor frei Mariano de Bagnaia!

Marcharam até as proximidades da fazenda Jardim. Embora fosse desejo de todos, não puderam desertar porque seriam presa fácil do inimigo nos campos e capões de mato por onde passariam. Quando surgiram as matas do rio da Prata, que vão até o rio Miranda, ali ficaram os Guaicuru, em número já bastante reduzido.

(SEISCENTAS LÉGUAS A PÉ)

A Coluna de Bronze

Athamaril Saldanha

Não contavam, todavia, com as providências dos constitucionalistas que, sabedores do domínio de Bela Vista, mandaram de imediato para lá a famosa Coluna de Bronze. A coluna era comandada pelo major Silvestre e era constituída de uma Cia. do 6.° BE; uma Cia. do 18.° BC; uma Cia. de A. C. de Campo Grande, esta chefiada pelo tenente Simões, e um pelotão comandado pelo tenente Moreira, que era composto de guaicurus, encarregados de construções de linhas telefônicas, pontes e outras obras necessárias, mas que carregavam uma metralhadora pesada, pois, quando necessário, entravam eles também em luta.

A coluna atacou o quartel do 10.° RCI, dominado pelos ditatoriais, colocando-os em debandada geral, e voltou-se imediatamente para Porto

Murtinho, agora ainda mais reforçada com as tropas civis de Avelino Nogueira, Ulisses de Lima, Kiki Barbosa, Guinarte Garcia, Nestor Muzzi, Vasco Novais, Aral Moreira, Hermenegildo Lima, Laudelino Barcelos, Valdomiro Correia, Ataliba Fagundes, coronel Sancery e outros.

Na cabeceira do Tereré, a coluna acampou para passar a noite. Em meio à madrugada, foi surpreendida por um forte ataque dos ditatoriais que atiravam a esmo, causando imensa confusão. A coluna possuía caminhões e em um deles estavam dois canhões de 75 mm. O cabo Teófilo, em meio ao caos, teve a idéia de colocar um dos canhões no chão e, a exemplo do inimigo, atirar a esmo também.

Sem perda de tempo, juntamente com um praça, subiu no caminhão, cortaram a corda que prendia um dos canhões e este, sem a amarra, rolou e caiu da carroceria. Tiveram muita sorte, pois o canhão caiu em pé e foi só posicioná-lo contra o inimigo e abrir fogo, o que provocou pânico nas linhas adversárias, que fugiu em desabalada correria.

Depois dessa, a coluna seguiu com mais cautela, encontrando à sua frente pontes derrubadas, barracos queimados e plantações pisoteadas, sinal nítido de uma debandada temerosa e rápida. Adiante, em um local conhecido por Mandioca Assada, a estrada passava entre dois morros de pequena elevação. Ali o inimigo a esperava de tocaia, inclusive com dois canhões que haviam trazido de Porto Murtinho.

Tinham tudo para alcançar uma vitória, mas, assim que nossa vanguarda tomou contato com o inimigo, a cavalaria, que era formada de voluntários civis, reagiu rapidamente, colocando-o em fuga, e foram tão rápidos na retirada, que deixaram os dois canhões para trás, levando consigo somente as culatras.

A lição de Tereré servira. Desde que havíamos sido surpreendidos naquela região, a cavalaria seguia logo após a vanguarda, à frente, portanto, do resto do regimento, possibilitando, assim, um contra-ataque mais rápido e eficiente, coisas com que o inimigo geralmente não conta. Daí em diante a marcha foi rápida, e bivacamos a coluna em Santa Cruz, na fazenda família Correia da Costa. Uma parte dessa coluna lá permaneceu e a outra seguiu para São Roque, onde permaneceu patrulhando a região.

(HISTÓRIA E ESTÓRIAS DA REVOLUÇÃO DE 1932 EM MS)

Ponta Porã e a erva-mate

Elpídio Reis

O sul de Mato Grosso do Sul, formado pelo extremo município de Ponta Porã teve, desde seus primórdios, a economia alicerçada na erva-mate (*Ilex paraguaryensis*).

É que esse "ouro verde", essa riqueza, era nativa. Os ervais foram plantados pela mãe natureza. O valor das terras não era dado pelos campos para a criação de gado ou áreas para a agricultura e sim pela quantidade de erva que produzisse. Os fazendeiros do município ponta-poranense se preocupavam muito mais com a produção da erva, que propriamente com a criação do gado e, agricultura, em termos de produção comercial, praticamente não havia.

Toda a produção de erva tinha comprador certo: a Argentina. Os sacos de erva – com 60 quilos cada – eram transportados inicialmente até os portos fluviais, por carretas. Mais tarde o transporte passou a ser feito por carretas e por caminhões e por fim só por caminhões

A Argentina comprava toda a produção da erva do sul de Mato Grosso porque os argentinos diziam que aquela era a *erva melhor do mundo*. Diziam isso porque a erva era de *gosto forte*, puxando para o amargo.

O crescimento de Ponta Porã e seus distritos (futuros municípios que se desmembraram de Ponta Porã) se fazia à base da produção ervateira. Ninguém, entretanto, imaginava que o pior pudesse acontecer, isto é, que a Argentina deixasse um dia de comprar *a melhor erva do mundo*.

Pois aconteceu. A Argentina, em certa época, iniciou a plantação de erva-mate em suas terras. Onde a planta melhor se adaptou foi no território das Missões, na fronteira com o Brasil. A erva ali produzida, porém, é das que os argentinos detestavam por ser *fraca*.

Chimarrão *forte* ou *fraco* é, antes de mais nada, uma questão de gosto, de costume, sobretudo. Eu por exemplo, quando tomava chimarrão, gostava mais de erva fraca que da forte. A forte eu achava muito amarga.

Enquanto a produção de erva no território das Missões crescia, o Governo argentino arquitetava o duro golpe que veio abalar a economia dos ponta-poranenses: a proibição da importação de erva brasileira.

Os argentinos tiveram mesmo que se acostumar com a erva fraca. Foi dureza. Para eles e para nós. A economia da região ponta-poranense entrou em colapso, trazendo de reboque outros sérios problemas, desde a falta de dinheiro para todos até o aparecimento de bandoleiros, assaltantes, ladrões, resultado da falta de trabalho nos ervais.

Os fazendeiros, que sempre se preocupavam mais com a produção de erva, deixando de lado a criação de gado, foram os que mais sofreram. Claro que muitos deles partiram para a intensificação da criação do gado. Só que esse trabalho exige tempo, anos até. Mas assim mesmo os mais decididos, os menos acomodados, se entregaram à grande criação de gado ou plantação de cereais transformando radicalmente a economia das fazendas.

Grandes ervais foram derrubados, dando lugar à lavoura de soja, algodão, milho, arroz, amendoim, ou plantação de capim especial para o gado.

Hoje o município de Ponta Porã, como os demais municípios do sul de Mato Grosso do Sul, tem todo o seu território aproveitado ou com a criação de gado ou agricultura.

A população ponta-poranense, trilhando agora novos caminhos, rumo a horizontes mais amplos, segue confiante no presente, convicta de que atingirá muito em breve um radioso amanhã.

(PONTA PORÃ, POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO)

O peão paraguaio

Elpídio Reis

Para o trabalho nos ervais, ninguém melhor que o trabalhador paraguaio. De tal maneira se afeiçoavam eles às rudes tarefas dos ervais, que nas ranchadas ervateiras os paraguaios formavam esmagadora maioria. Se um viandante chegasse e os visse conversando em guarani puro, diria que estava em pleno Paraguai.

E antes que eu escreva palavras minhas em homenagem ao peão paraguaio, transcrevo o oportuno artigo que Lício Borralho publicou no CORREIO DO POVO, jornal de Ponta Porã, dia 24-02-79, sob o título *O peão paraguaio*. Ei-lo:

"O ervateiro mato-grossense foi um forte e destemido pioneiro de nosso progresso. De têmpera de aço, lutava contra os obstáculos de natureza agreste, vencendo-os com tenacidade e persistência dignos de louvor.

O erval foi sempre o sertão bruto, inacessível aos fracos e desalentados. Nossa condição de fronteiriços, com significante população rural afeita aos trabalhos dos ervais, foi obrigada a lançar mão do peão paraguaio especializado, para nossa indústria extrativa da erva-mate. Nascido e criado neste mister, ele constituiu inegavelmente um dos alicerces poderosos de nossa economia; acostumado ao labutar cotidiano dentro dos *caatins*, empunhando o machete afiado, desgalhando, podando e limpando, na mata sombria, a árvore generosa, representou um dos principais fatores da produção ervateira da nossa região. Infelizmente nem sempre se radicava no solo; vivia perambulando pela vastidão da fronteira, vagando de região em região, qual nômade, levando vida aventurosa e algo romanesca. O paraguaio é fisicamente forte e sóbrio em alimentação. É obediente e desambicioso e tem a altivez e o bom-humor de seus ancestrais, os primitivos guaranis.

No trabalho é um hércules. À semelhança do seringueiro nordestino, embrenha-se pela selva na tarefa cotidiana, afanosa e extenuante, com resignação mística dos crentes e dos fatalistas. É músico por atavismo e, nas horas lhe sobram para o descanso, faz vibrar em harmoniosos acordes do violão, que não o abandona, as polcas nostálgicas de sua terra natal.

Apesar da coragem inata e bravura pessoal é, até certo ponto, humilde para com seus patrões, respeitando-os em seus momentos de cólera, quando percebe que errou. Quando porém lhe sobra razão para rebelar-se, perde o domínio de si mesmo e reage destemeroso com desprezo soberano para vida. Indivíduos há que contam anos de um labor exaustivo nos ervais.

Gerações inteiras, avós, pais e filhos aqui viveram e aqui morreram dentro dos *caatins* e a eles, inegavelmente, devemos a situação econômica que desfrutamos no período ervateiro.

Admirador do peão paraguaio, deixo consignado nestas poucas linhas meu preito de admiração ao anônimo e infatigável propulsor do progresso de nossa região fronteiriça."

O escritor Hélio Serejo, por sua vez, em seu livro VIDA DE ERVAL, nos dá este registro:

"O ervateiro

O ervateiro, brasileiro, paraguaio ou correntino, é como o sertanejo de Euclides da Cunha, um forte, acima de tudo um forte, um resoluto, um destemido, um bravo. Costuma enfrentar o perigo com coragem de pasmar. Geralmente, não professa o meio-termo. Ou é, ou não é, sendo essa a sua maneira de entender as coisas, de encarar a solução dos problemas.

Abrutalhado pela vivência prolongada em meio agreste e rude, tem, em determinadas ocasiões, atitudes que assombram e comovem. Torna-se, então, dócil e submisso. É um ser humano completamente transmudado, no olhar, nos gestos, nos traços fisionômicos e na brandura da voz. Se o momento é para briga, briga, e com ferocidade de um tigre, peleia... e peleia feio. E rola o garrão, mas não se acovarda.

Vêmo-lo, no entanto, vezes várias, desajeitadão, ninando nos braços hercúleos, para que adormeça, o filho amado, razão de sua existência, sangue de seu sangue, acalento de seu coração.

O drama do erval alucina-o e observe-o. Vive no mais recôndito da mata bruta, feliz, sonhador, varando o dia sem pensar no futuro, no manhã, que há de vir, embora seja um pária, um escravo indefeso do meio ambiente, um parasita dos ervais, ou melhor, um marcado do destino, um tiranizado, ou melhor, um vergastado pelo furacão inexorável da vida.

Foi assim hoje e será amanhã, nas páginas dramáticas da história da industrialização da erva-mate, um herói anônimo... Foi escravo e mártir, mas foi, inegavelmente, um gigante e um bravo.

Morreu fulminado pelas balas traiçoeiras dos *comitiveros*, ficou no alto, sepultado no deserto, mas deu seu suor e seu sangue para que fosse desbravada e povoada a imensa região sulina mato-grossense.

Abraço com admiração e orgulho esse predestinado trabalhador brasileiro, paraguaio ou correntino..."

E agora escrevo eu.

Ponta Porã – cidade coração da imensa região fronteira Brasil-Paraguai, cidade-sede para onde convergia o comércio resultante do

trabalho nos antigos e já extintos ervais mato-grossenses – está a dever a grande homenagem ao peão paraguaio.

Está a dever-lhe, por exemplo, uma estátua de porte altivo, com o *machete* à mão, ou com o pesado raído às costas; com o corpo banhado em suor, virando a erva em cima do barbaquá sobre o fogo ardente, ou desgalhando a árvore sinônima de ouro-verde; com o prato de *locro* para o sustento hercúleo, ou o violão, símbolo de uma alegria de homens – homens vivendo num mundo rude e agressivo.

Está a dever-lhe uma placa de aço, com palavras de reconhecimento oficial, de todo um povo, de toda uma comunidade, e até de toda uma Nação ao trabalhador de bronze que, com seu têmpera e qualidades físicas moldadas por Deus, viveu e morreu na luta dos sertões, como principal e indispensável peça humana para o funcionamento das ranchadas ervateiras.

Ao peão paraguaio que – quando de boa cepa – era amigo incondicional do patrão, e companheiro para o que desse e viesse; ao peão paraguaio, esteio que escorava e agüentava os revezes do trabalho bruto e quase desumano em que se alicerçava a economia da região fronteiriça; ao peão paraguaio que, ainda hoje, com sua fisionomia amiga e inspiradora de confiança, com sua personalidade marcante e *sui generis*, nos chama de *chê patron*, o meu respeito, o meu reconhecimento e minhas sinceras homenagens.

(PONTA PORÃ, POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO)

A guavira

Elpídio Reis

Falar em Ponta Porã, sem qualquer referência à frutinha chamada guavira, seria falha imperdoável. Trata-se de um arbusto nativo nos campos de Mato Grosso do Sul e que, segundo consta, já foi levado para outras plagas sem resultado positivo. É que a planta recusa outra terra que não aquela onde ela nasce sem ser plantada pela mão do homem. E Mato Grosso do Sul, "terra dadivosa e boa", foi a escolhida pela famosa plantinha.

Os que já se deliciaram com a guavira são unânimes em afirmar que nenhuma outra se lhe compara, no gênero, em gosto. Guavira – seja da miúda

ou da graúda, para ficar com as expressões usadas pelo povo sul-mato-grossense – é o que se poderia chamar de gostosura! É tão gostosa que até os animais se regalam com ela. Em termos de tamanho se compara à uva. Existe um tipo que mesmo quando madura se conserva verde. Existe ainda a guavira rosada, que é extremamente doce, daí dizer-se comumente que é mais doce que o mel de jataí . É fruta própria de fim de ano e está ligada ao folclore da região.

Para criaturas de todas as idades, sair pelos campos, em busca de guavira, a pé, a cavalo, de carreta, carroça, caminhão, automóvel, sempre constituiu motivo de alegria ou até um tipo especial de festa. Muita gente se casou graças ao namoro iniciado nos guaviras. Centenas de criaturas morreram mordidas por cobra venenosa quando *catavam guavira*.

A guavira está se tornando cada vez mais escassa. É que os tratores, revolvendo as terras dos campos em trechos "a perder de vista", estão rapidamente transformando os outrora guavirais em extensas áreas de soja, arroz, milho, trigo, etc.

O escritor Otávio Gonçalves Gomes, em seu livro ONDE CANTAM AS SERIEMAS, dedica um capítulo inteiro à apreciada frutinha. A guavira está até registrada no título do grande livro do saudoso Ulisses Serra: CAMALOTES E GUAVIRAIS. Dia haverá em que a guavira será apenas uma referência do passado. O que será uma pena.

(PONTA PORÃ, POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO)

A amizade entre brasileiros e paraguaios

Elpídio Reis

Jamais ouvi falar de tamanha amizade entre dois povos como a que existe entre brasileiros e paraguaios, na fronteira do sul de Mato Grosso. A amizade é tão forte que aquele tipo de fronteira foi classificada pela ONU, em 46, em primeiro lugar. Foi apontada como exemplo de fronteira ideal, onde os dois povos não têm noção de que representam dois países e – lembre-se – dois países que se empenharam numa guerra total durante cinco anos. A guerra foi logo esquecida e brasileiros e paraguaios passaram a ser amigos fraternais.

Nunca vi – por exemplo – alguém mostrar-se contra qualquer casamento só pelo fato de o moço ou a moça ser do Paraguai ou do Brasil. Brasileiros casados com paraguaias ou paraguaios casados com brasileiras, eram, são ainda e serão fatos comuns em todas as famílias da fronteira.

Para os não-mato-grossenses, explico que Ponta Porã é irmã da cidade paraguaia Pedro Juan Caballero. Uma grande avenida separa – geograficamente – as duas cidades. Uma calçada fica no Brasil e a outra no Paraguai. Digo "geograficamente" porque socialmente as duas são uma só. Vista do alto, de avião, têm-se a noção exata de que formam uma só cidade.

Essa unidade, decorrente da amizade entre os dois povos que vivem como se fossem um só povo, existia no meu tempo de menino e perdura até hoje. E se manterá pelos tempos afora. Os dois povos formam uma só comunidade. O interessante é que ninguém dizia – como ninguém diz hoje – "vou a Pedro Juan Caballero". Todos diziam como hoje – "vou ao Paraguai". O Paraguai fica na outra calçada. Por isso, no começo da década de 30, os brasileiros de Ponta Porã torciam em favor do Paraguai na Guerra contra a Bolívia, chamada Guerra do Chaco.

A causa da guerra – segundo se ouvia dizer – resumia-se no alto interesse que os dois países tinham sobre o território do Chaco (fronteira entre o Paraguai e a Bolívia) rico em petróleo.

A Bolívia era mais forte militarmente. Tinha armas mais poderosas, exército mais numeroso em homens e até mais dinheiro para empregar na guerra. O Paraguai tinha soldados mais corajosos. Mais heróicos. Que enfrentavam o inimigo de peito aberto, à base da bravura pessoal. Essa, a voz geral entre os ponta-poranenses.

Rádio, naquelas lonjuras e naqueles tempos, era coisa raríssima. Objeto de luxo. Por isso, as notícias eram escassas. Alguém tinha de captá-las para a necessária divulgação por transmissão oral.

De quando em quando viam-se amigos e até vizinhos chorando porque filhos, parentes, partiam para a guerra, ou como voluntários ou como convocados.

Não raro a tristeza era bem maior porque notícias chegavam dizendo que filhos ou parentes tinham morrido nos campos de batalha. A guerra não era nossa, mas era como se fosse.

Os brasileiros vibraram com as informações de que os paraguaios venceram tal ou qual batalha. Certa vez irrompeu no Paraguai, ou melhor, na cidade do outro lado da avenida, tremendo barulhão, com ares de festança. O que mais se ouvia eram estampidos de foguetes. Muitos pensaram que a guerra tinha acabado. Não tinha. É que os paraguaios – como diziam – venceram importante batalha. Citavam até o nome do bravo paraguaio que chefiou o entrevero final: Coronel Plácido Jará – se não me falha a memória – comandante dos "Macheteros da 1.ª Muerte".

E contavam os detalhes mais ou menos assim: os paraguaios, no início da batalha, estavam levando a pior, pois as armas do inimigo eram bem superiores. Quando só restava uma centena mais ou menos, o comandante paraguaio ordenou, como estava planejado, que levantassem os braços em sinal de rendição. Ficaram em pé, um ao lado do outro. Quando os bolivianos se aproximaram para prendê-los, o comandante dos heróicos paraguaios deu o grito combinado. Aí todos os seus comandados que se achavam com os braços levantados, acima da cabeça, puxaram rapidamente um facão (ou machete como falam no Paraguai), que cada um trazia escondido nas costas, entre a túnica e o corpo, atrás do pescoço.

Os paraguaios acabaram com os bolivianos a facão! Era o que contavam, em meio a um foguetório e vivas que ficaram na minha memória.

Por fim, veio a notícia do fim da guerra e aí, durante dias, os paraguaios, com intensa vibração cívica, festejaram a chegada da paz. A cada notícia ou explicação sobre as negociações que culminaram com o fim da Guerra do Chaco, brasileiros ganhavam um abraço de gratidão e isso porque o grande medidor, o responsável pelo acordo que pôs fim às hostilidades, era um brasileiro, um tal Macedo Soares.

Depois de moço fiquei sabendo que Macedo Soares era, na época, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil e que fora, realmente, o grande artífice da paz entre nossos irmãos paraguaios e bolivianos.

Vejamos o que o gaúcho Álvaro Moreira, da Academia Brasileira de Letras, escreveu, sobre o fim da Guerra do Chaco em AS AMARGAS NÃO...: "Fim da guerra entre a Bolívia e o Paraguai. Na capital argentina, o presidente Justo chora, o ministro Macedo Soares chora, as senhoras dos representantes dos dois países se atiram nos braços uma da outra,

em lágrimas: –– 'Minha irmã! –– Minha irmã!' O ajudante em férias do general Estigarribia, com a boca cheia de mágoa, declara ao general Rodrigues, ex-inimigo: – Sinto-me feliz! – Mas não se sente, porque o general Rodrigues, de olhos molhados, não consegue dizer nada, com um nó na garganta. O chanceler Tomás Elio solta, a custo, estas palavras: – 'Comove-me ver o povo de Buenos Aires sair às ruas para demonstrar seu regozijo pela terminação da cruenta guerra do Chaco'.

A comoção embarga outras vozes. Envoltos pela comoção, os ilustres diplomatas assinam essa paz. Os sinos tocam, os oradores peroram, os jornais es-palham. Regozijo, entusiasmo, assanhamento. Alegria nas ruas. Festa no ar. Toda gente, gozando a folga, enchendo os cinemas, ouvindo as bandas de música, fala no fim da guerra."

Álvaro Moreira, por fim, disse sobre Macedo Soares: "Ele fez, sozinho, o que a Sociedade das Nações não fez."

(PONTA PORÃ, POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO)

Ponta Porã

Elpídio Reis

Lembro-me de ti... tão pequenina,
com teus campos verdes, cidade menina.
Tua branca igreja a recender pureza
era para mim o máximo em beleza
e eu tinha por ti encanto e adoração.
Ouvias, feliz, nas noites silenciosas,
estórias e casos... lendas misteriosas
que te punham medo na vida infantil.

E nós dois crescemos juntos, na alegria
de nossos folguedos. E como nos sorria
a vida naquela quadra tão ditosa!
A casa de meus pais, o vasto quintal
eram perfumados pelo matinal
ar puro que vinha dos teus densos bosques!

Foste meu amor na infância inesquecida,
minha namorada no sorrir da vida,
noivinha de quem te fazia mil versos.

A existência para mim, sob o teu seio,
Tinha mais encantos e maior enleio.
Eu a pedalar a minha bicicleta,
era, adolescente, o teu bisonho poeta.

Mas, ingrato, um dia te deixei, cidade,
mergulhado, triste, na maior saudade.
O castigo tive logo do destino:
morreu em mim a alma boa do menino
e tu, a cada ano ficas mais menina.
Ponta Porã, minha terra pequenina!

(PONTA PORÃ, POLCA, CHURRASCO E CHIMARRÃO)

Ponta Porã – origem do nome

Pedro Ângelo da Rosa

Antes da guerra do Paraguai, Ponta Porã constituía uma zona deserta, habitada somente por índios selvagens, sobressaindo-se as tribos caiuás e guaranis, que se alimentavam da pesca e da caça. Os animais selvagens abundavam por toda a região. Situada no espigão da serra de Amambaí, aqui se defrontam as cabeceiras dos rios que correm em direções opostas, no divisor das águas entre as bacias hidrográficas do Paraná e Paraguai, o que foi tomado por base pelo tratado de limites entre os dois países, Brasil e Paraguai.

A topografia do lugar oferece ao viandante o majestoso quadro de intérminas campinas, onduladas de suaves coxilhas, orladas de extensas matas e capões, que se destacam a grandes distâncias, no fundo azulado, como ilhas de um oceano verde. Pela altitude do lugar, 634 metros acima do nível do mar, e ausência de acidentes geográficos que sirvam de anteparo, as brisas suaves do verão sopram constantemente, amenizando-lhe o clima. Desse aspecto peculiar da natureza, adveio-lhe o nome espanhol-guarani de Punta Porã, dado pelos paraguaios, antes da guerra

de 1870, e que literalmente significa em português: ponta bonita. O ponto de referência que deu origem ao batismo foi um pontão de mato existente em Capivari, na boca da picada do Chirigüelo, termo da estrada que, partindo de Conceição, Paraguai, dá acesso ao alto da serra.

O nome, que inicialmente designava toda a zona, aportuguesou-se na forma de Ponta Porã, e depois de constituídas as duas povoações xifópagas passou a designar somente a parte brasileira, passando a outra a chamar-se Pedro Juan Caballero, em homenagem a um dos próceres da independência do Paraguai.

Ponta Porã começou a formar-se em frente à picada do Chirigüelo, escoadouro da erva-mate que daqui era transportada para o porto de Conceição, no Paraguai, e por onde transitavam as tropas de carretas puxadas por bois, trazendo mercadorias. Naqueles tempos a Noroeste não tinha ainda penetrado em Mato Grosso, e era por essa estrada que os fazendeiros do nosso interior iam ao Paraguai buscar sal, gêneros alimentícios e tudo o mais de que necessitavam.

A serra que se estende do lado do Paraguai, em sentido longitudinal, paralela à fronteira, era inacessível ao trânsito, exceto nos lugares onde foram abertas picadas carreteiras que dão acesso a Ponta Porã, Bela Vista, Ipeum e Nhuverá, formando-se ali núcleos de povoamento.

(RESENHA HISTÓRICA DE MATO GROSSO)

Expedição de Moura a Iguatemi

Pedro Ângelo da Rosa

Corria o mês de dezembro de 1869, e a guerra se aproximava do fim. Lopez estava acampado em Panadero, com todo o seu estado-maior e o resto do exército paraguaio. As tropas brasileiras achavam-se em Curuguati.

Foi nessa época, como minuciosamente narrou o visconde de Taunay, na sua obra intitulada CARTAS DA CAMPANHA, que seu deu o episódio ocorrido no arroio Espadim, de que foi protagonista o arrojado tenente-coronel Antônio José de Moura, natural do Rio Grande do Sul.

Tinha ele uma irmã casada com um português, que residia há tempos em Vila Rica, no Paraguai, onde faleceu seu marido, sendo ela aprisionada, por motivo de sua nacionalidade, e forçada a marchar para as margens longínquas e desertas do Iguatemi, na confluência do arroio Espadim, em companhia das degredadas que ali se encontravam.

Moura, sabendo dessas notícias, e no intuito de salvar sua irmã, ofereceu-se para uma diligência naquele local e seguiu com trinta e um homens de cavalaria, sob seu comando. Viajando dia e noite, galgou a serra, abrindo picadas por desvios da estrada seguida pelo inimigo, que estava atravancada de árvores derrubadas por toda parte.

Após dois dias e noites de marcha ininterrupta, conseguiu chegar a altas horas da noite, a um local onde encontrou três ranchos, iluminados por grandes fogueiras, rodeadas por algumas mulheres e crianças. Dali foram duas mulheres ao acampamento geral, onde se encontravam as *destinadas*, levando o aviso e, que logo depois, foram seguidas por Moura.

À uma hora da madrugada, chegaram às margens do arroio Espadim, no lugar de sua embocadura, no Iguatemi, onde avistaram grande quantidade de ranchos, rodeados de enormes fogueiras.

A sua chegada causou um alarido enorme entre aquelas mulheres famintas, descalças e seminuas, que o rodearam, chegando algumas a chorar de emoção e alegria. Os guardas, que despertaram com o ruído e se aproximaram, foram aprisionados.

Apareceram então as duas sobrinhas de Moura, vindo ele a saber que sua irmã havia falecido dez dias antes, vitimada pelo último grau de inanição. Moura, prevendo a possibilidade da chegada de reforços do inimigo, que se achava próximo dali, seguiu sem perda de tempo, levando mais de quatrocentas mulheres, e apresentou-se em Curuguati, ao comando do Exército, onde aquelas mulheres foram abrigadas e socorridas.

No *destino*, achavam-se mulheres das mais destacadas famílias de Assunção, cujos chefes haviam caído no desagrado de Lopez, e ali se achavam condenadas à morte, pela inanição, ante a falta absoluta de recursos.

(RESENHA HISTÓRICA DE MATO GROSSO)

A fundação de Ponta Porã

Pedro Ângelo da Rosa

No ano de 1892, chegava a Ponta Porã o capitão João Antônio da Trindade, natural da cidade do Rio de Janeiro, veterano da guerra do Paraguai, e um dos heróis da Retirada da Laguna, o qual, em companhia de sua família, aí fixou residência.

Foi ele o primeiro morador que definitivamente se estabeleceu no local onde se formou a povoação que hoje constitui a próspera cidade de Ponta Porã. Nesse tempo existia no lugar um posto fiscal sob a direção de Emílio Calhau, o qual tinha atribuições de arrecadar os impostos de exportação da erva-mate, e que algum tempo depois foi extinto. Também, nesse tempo, aí residiram os senhores Olímpio Monteiro de Lima e Maranhão, que depois se mudaram, indo o primeiro fixar-se nas terras onde constituiu sua fazenda, dedicando-se aos trabalhos de criação de gado. Próximo de Ponta Porã existia também a fazenda S. Máximo, de D. Maria Joana Pereira (D. Mariquinha), viúva de um veterano da guerra de 1870, de nome Nelo.

O povoamento de Ponta Porã teve início na periferia de um vasto brejo, atoladeiro impenetrável, que hoje não existe mais, que ia findar na orla de espessa mata virgem, situada aos fundos. Ao norte, delimitava essa zona a cabeceira do córrego S. João e ao sul a do córrego Estêvão. Na frente, a poucos metros de distância, estavam os marcos de madeira de lei, indicando a linha divisória com o Paraguai.

Em Ponta Porã passou o capitão João Antônio da Trindade o resto da sua vida, vindo a falecer a 11 de novembro de 1920. Foi ele, naqueles tempos remotos, o homem mais culto do lugar, cabendo-lhe importante papel na formação política e social do núcleo que começava a formar-se.

A fundação de Ponta Porã, como a de tantas outras cidades, não constituiu ato premeditado de ninguém, por isso não se lhe pode fixar uma data precisa. O lugar foi evoluindo aos poucos, e o povo vinha fixar residência aí, de preferência, onde mais tarde se estabelecia o comércio do lado do Paraguai e depois no Brasil, em razão da proximidade da picada do Chirigüelo, por onde vinha de Conceição toda a mercadoria

necessária ao seu consumo, inclusive o sal para as fazendas de criação, já que naqueles tempos não existia outra zona de abastecimento mais próxima, em território brasileiro. É, portanto, indiscutível que João Antônio da Trindade foi o pioneiro da formação de Ponta Porã. Foi ele o primeiro morador a fixar-se definitivamente no lugar e, que durante muitos anos, foi dos que mais trabalharam pelo seu progresso e desenvolvimento.

A partir do ano de 1895, Ponta Porã começou a receber maior impulso no seu povoamento com a chegada contínua da gente vinda do Rio Grande do Sul, sendo que muitos traziam suas famílias e aqui fixavam residência, indo outros ocupar os campos devolutos, onde fundavam fazendas de criação de gado.

(RESENHA HISTÓRICA DE MATO GROSSO)

Lampião de Mato Grosso

Valmir Batista Corrêa

No entanto, o mais célebre de todos os bandidos da região mato-grossense foi Silvino Jacques, também conhecido pela população sulina e fronteiriça como o *Lampião de Mato Grosso*. Sua fama de bandido, mistura de herói sertanejo e bandoleiro muito temido, transformou-o num verdadeiro *mito* do banditismo em Mato Grosso, cujas proezas foram cantadas em verso e prosa pela literatura regional:

"Meu nome eu nunca neguei
E não pretendo negar:
Me chamo Sylvino Jacques
E nunca procuro o mal
Ele é quem me procura
E sempre há de me encontrar"[1].

1. Estrofe da décima gaúcha de Silvino Jacques, escrita por Theodorico de Góes Falcão, *in* CRÔNICAS HISTÓRICAS DO MUNICÍPIO DE BONITO, p.15.

A maior parte de sua vida e de sua atuação foi preservada até os dias de hoje, em toda a fronteira sul-mato-grossense e Pantanal, através

da tradição oral e do mito: "Vi muitas vezes em comércios de carreira, ele improvisando, cantando com uma sanfonia e bebendo vinho. Muito bom atirador. Abria garrafa de bebidas, seus companheiros segurando a garrafa na cabeça e ele atirando com o Revolve e tirava tampa sem quebrar a garrafa."[2]

2. Depoimento de Homero Antunes da Silva, Bonito, 31.6.1977.

Lenda ou realidade, Silvino Jacques, no auge de sua *carreira* de bandido, ficou conhecido pela sua grande coragem, a ponto de ridicularizar seus desafetos quando perseguido pela *captura* de Teófilo de Azambuja. "Selvino Jacques com uma música de sua autoria se divertia tocando com seu acordeom de doze baixo 'Pé de bode' um samba o qual se divertia dando risadas e tiros:

Aonde vai senhor Tiófilo
Com tanta pressa assim
Vou correndo do Selvino
Que anda atraz de mim
....."[3]

3. Depoimento de Cireno de Góes Falcão (*Codô*), Jardim, 6.6.1977.

Em 1929, com 23 anos, cometeu seu primeiro crime, ainda no Rio Grande do Sul[4], episódio contado pelo próprio Silvino Jacques em trovas:

4. Capitão Sylvino Erminio Jacques. Façanha do gaúcho predestinado, *in* jornal *Folha de Bonito*, ed. especial, 2-17.10.1979.

"....
Eu e Prudente Dornelas
e meu tio José Santana
fomos tomar cerveja
na casa de gente mundana
Mas isto na maior paz
pois a sorte sempre engana
Eu disse a meus amigos
mas disse de brincadeira
que no forro daquele prédio

ia abrir uma goteira
Mas depois do furo aberto,
ai que foi a porcaria.
Logo veio a policia
Na patrulha militar
com modo tão agressivo
Que eu não pude aturar
Nisto recebo um tiro
Fui obrigado atirar
....."[5]

5. Depoimento de Cireno..., citado.

Em 1932, já em Mato Grosso, lutou ao lado das forças governistas na região de Porto Murtinho, como capitão da brigada militar e, posteriormente, dedicou-se às atividades comerciais. No entanto, no ano seguinte, foram solicitadas "providencias necessárias no sentido de serem presos e extraditados os indivíduos Silvino Jacques e Argemiro Leão, pronunciados pelas justiças da comarca de Ponta Porã, por terem assassinado Candido Barbosa Pratt, e refugiados no Paraguai."[6]

6. Of. reservado do Ministério da Justiça e Negócios Internos ao Interventor Federal de Mato Grosso, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1933, Cx. 1933, ArMT.

Porém, a atuação de Silvino Jacques só adquiriu grande repercussão por volta dos anos 1935/1936. Por esta época matou um membro da família de Alípio dos Santos[7], seus antigos amigos e companheiros, iniciando uma rivalidade que só teve fim com a própria morte de Silvino. Conforme alguns depoimentos, Silvino Jacques teve o apoio de alguns elementos da família Santos para participar de um movimento armado, em 1935, com o objetivo de lutar pela divisão do estado mato-grossense:

7. O episódio teve origem numa desavença entre Silvino e um genro de Alípio dos Santos, durante uma *carreira* (corrida rústica de cavalos), sendo mortos também um primo de Silvino e um seu camarada.

"Silvino Jacques e Argemiro Leão receberam um contato do Rio, um alemão de nome 'Agrícola'. Era um elemento de ligação dos comunistas.

Silvino começou arrebanhar homens armados, entre eles eu e Alcides, para atacar Porto Murtinho. Segundo Silvino Jacques a missão era dividir o estado. Chegaram a fazer prisioneiros num lugar chamado Recreio. Nesse momento chegou ao acampamento esse 'Agrícola'. Depois ficamos sabendo que veio avisar do fracasso da intentona. Silvino matou esse 'Agrícola'."[8]

8. Depoimento de Orsirio dos Santos, Bela Vista, 10.11.1979. Esse mesmo relato foi confirmado no depoimento de Alcides Fernandes da Silva, Bela Vista, 10.11.1979. Segundo Gregório Bezerra "em Mato Grosso, desenvolveu-se uma luta guerrilheira, comandada por Silvino Jacques, que conseguiu resistir durante vários meses, graças à sua mobilidade". Ver BEZERRA, Gregório, *Memórias*, 2.ª parte, 1946-1969. Rio de Janeiro, Civ. Bras., 1980, p. 226.

O bando de Silvino Jacques variou muito quanto ao número de componentes[9], apesar de terem existido alguns membros permanentes, fiéis companheiros como Cireno de Góes Falcão, conhecido como *Codô*[10]; Domingos da Costa Leite Falcão, de apenas quatorze anos; Adão Jacques, Nicacio e seu irmão Amâncio; Ramão; Nicodemus dos Santos; Antonio Paim; Tertuliano Gomes, conhecido como *Gaúcho*; Espiridião Ramos; Henrique; Augustinho; Bruno; *Farofa*; *Trovão*; Manuel, conhecido como *Maneco*; o capitão paraguaio Vitor Heyn; Realindo Gomes, conhecido como *Preto*; Wando; Feliciano e Valdemar de Melo.

Foram poucas as mulheres que acompanharam o bando, mas sabe-se que a companheira de Silvino que mais tempo permaneceu junto dos bandoleiros foi Almerinda de Góes Falcão, apelidada de *Raida* que participou, inclusive, do último combate do bando na fazenda Aurora[11]. Outra mulher, Elódia Xarão Ferreira[12], raptada por Silvino, viveu alguns meses junto do bando. Ambas as mulheres, no entanto, vestiam-se como os demais elementos do bando e portavam armas.

9. Segundo relatos de remanescentes do bando, a idade variava entre 14 e 35 anos. Depoimento de Cireno..., citado.

10. Segundo Codô, "um certo dia, na prisão, queriam obrigar-me a informar aonde se encontrava o bando. Como eu disse que de nada eu sabia, tentaram de bater-me com varas verdes. Tentei o suicídio, dando uma facada na minha barriga, onde até hoje se encontra a cicatriz". Depoimento de Cireno..., citado.

11. Depoimento de Cireno..., citado.

12. Os fatos relacionados com a participação de Elódia no bando de Silvino Jacques estão descritos no *Jornal do Comércio*, Campo Grande, de 12.1.1939.

O combate sistemático ao bando de Silvino Jacques correspondeu ao período de desarmamento no sul de Mato Grosso. A repressão ao bando foi conduzida, inicialmente, por forças militares. Assim, "o Sr. General comandante da Região tem tido vários oferecimentos de fazendeiros, de homens armados por eles próprios e custeados para combate aos bandoleiros, porém sua Excia. tem recusado sistematicamente, não desejando que a população faça quaisquer gastos ou sacrifique uma só vida nessa campanha"[13]. Entretanto, não houve nenhum combate entre o bando e as forças do exército, o que até certo ponto confirmou a falta de interesse dos militares num confronto direto com os bandidos. A maior preocupação do exército no estado mato-grossense, voltou-se para a questão do desarmamento em toda zona rural e urbana.

13. *Jornal do Comércio*, Campo Grande, 25.12.1938.

Posteriormente, foi designado como delegado especial para o combate ao bando de Silvino Jacques o Dr. Manoel Bonifácio Nunes da Cunha. "Decidido o Estado a pôr termo aquela situação anormal, organizou a Delegacia Especial do Sul, com sede em Aquidauana. Auxiliada por dois grupos de civis contratados e pelo pelotão de Cavalaria da Força Policial, a Delegacia iniciou forte ação contra Silvino Jacques e seu bando, em abril de 1939"[14].

14. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, pelo Bel. Julio Stübling Müller, interventor federal de Mato Grosso, 1939-1940.

Duas capturas foram então organizadas para a perseguição ao bando de Silvino, uma sob o comando do tenente Rodrigo Peixoto e outro de Orsirio Santos.

" De acordo com o plano de operações contra os bandoleiros, a Captura comandada por Orsirio Santos marchou, no dia 18 do corrente, á noite, de Margarida para a Fazenda Triunfo, propriedade de Severino de Toledo. No dia 19 do corrente, à tarde, a Captura de Orsirio Santos

encontrou o bando de Silvino Jacques na envernadinha do Triunfo, perto do ribeirão Prata, abrindo fogo contra o bando, o qual fugiu para o lado da Fazenda Aurora, sendo perseguido pela Captura, debaixo de intensa fusilaria da mesma, num percurso de 9 quilômetros. Ao chegar ao córrego Aurora, o bando se entrincheirou na barranca do mesmo. A captura tentou desaloja-lo, sendo nesse momento (atingido) o destemido metralhador Horacio Santos e machucado, em virtude de queda do seu cavalo, o sargento Héron Alves, subcomandante da Captura.

Como a Captura se compunha apenas de 11 homens, foi ela obrigada a retroceder, afim de sepultar o metralhador e prestar os socorros de que necessitava o Sargento Héron, que se portou no combate com inexcedível bravura, segundo informa o comandante da Captura.

Depois de remuniciada e de conduzir a Bela Vista o Sargento Héron, a captura voltou a operar e fazendo, a 24 do corrente, o reconhecimento do local do combate, encontrou o cadáver de Silvino Jacques, chefe dos bandoleiros. O cadáver foi encontrado numa rede armada na costa do córrego Aurora, coberto por um 'Puitan'. O cadáver de Silvino Jacques apresentava três ferimentos produzidos por bala de fuzil: um no braço direito (da direita para a esquerda), outro na região illiaca (da direita para a esquerda, atravessando a bacia), e outro na perna direita (direita para a esquerda, atravessando a perna). Foram encontrados vestígios de curativos feitos nos ferimentos, sendo que do ultimo ainda estavam no cadáver as ataduras.

Perto do cadáver e na costa do dito córrego, a Captura apreendeu uma piripipi, dois mosquetões, dois bornais de munição de Mauzer e cinco cavalos arreiados. Foram também encontrados os arreios do uso de Silvino Jacques, apresentando furos das balas que atingiram Silvino, na perna e da cadeira."[15]

15. "Foi identificado o cadáver do famoso bandoleiro Sylvino Jacques! A eficiente campanha de repressão aos cangaceiros", *in Jornal do Comércio*, Campo Grande, 30.5.1939.

Sem a liderança de Silvino, e seus homens sendo perseguidos e reprimidos, o bando dispersou-se, jamais retornando a atuar na região sul fronteiriça mato-grossense.

(CORONÉIS E BANDIDOS EM MATO GROSSO)

Origem de Bela Vista

Sydney Nunes Leite

A primeira tentativa para se restabelecer no local, onde hoje está a cidade, foi realizada pelos espanhóis, no ano de 1801, quando fundaram o Forte São José, comandado pelo capitão Juan Caballero, que tinha a seu dispor 109 soldados.

No ano seguinte, a 1.º de janeiro, as forças brasileiras do Presídio de Miranda, sob o comando do tenente Francisco Rodrigues Prado, reforçada pelos índios Guaicurus, atacam o forte e o arrasam, aprisionando a guarnição. Nessa ação perdeu a vida o capitão espanhol Juan Caballero.

No ano de 1846, brasileiros, como Gabriel Francisco Lopes e sua mulher Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, Antônio Cândido de Oliveira, José Carlos Botelho e outros começam a colonizar a região do atual município, mas sofrem repressão por parte dos paraguaios. Muitos desses brasileiros são aprisionados e conduzidos para o Paraguai.

Encerrada a Guerra do Paraguai, é fixada, em definitivo, a fronteira Brasil-Paraguai, fato esse que acelera a colonização da região. Voltam os primeiros colonizadores, que são seguidos de novos moradores.

Quanto a esses primeiros moradores obtive o seguinte: Gabriel Francisco Lopes, em 1848, foi assassinado por dois escravos. Antônio Cândido de Oliveira e sua mulher Maria Rosa morreram no cativeiro, no Paraguai; José Carlos Botelho possivelmente teria morrido na prisão paraguaia. Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, tendo ficado viúva, contraiu matrimonio com seu cunhado José Francisco Lopes.

Em 29 de julho de 1925, Simplício Antônio Botelho fez o assento de óbito de sua mãe Maria Angélica Curi, com noventa anos de idade. Possivelmente essas pessoas sejam filho e viúva ou neto e nora de José Carlos Botelho.

Também, chegaram outras pessoas, tais como Melcíades Pedra (que se casara com Rafaela, irmã de Francisco Solano Lopes), Simplício Xavier Tavares de Lima (coronel Piche) e João Rodrigues Sampaio. Melcíades Pedra logo se retira para o Rio de Janeiro, entregando a administração de sua posse ao seu sobrinho Francisco Pedra.

José Lemes da Silva "Bugre" é considerado o primeiro morador do local onde foi localizada a cidade de Bela Vista, portanto, deve ser residente dessa época. No final de 1870 chegam os primeiros rio-grandense-do-sul: Cerino Flores e seu filhos, Jesuíno Flores, Francisco David de Medeiros e seus filhos, Israel, João, Norberto e Olímpio David de Medeiros, João Jacinto Leite e Zózimo Francisco Gonçalves. Em 1888, Atanásio de Almeida Melo e Cândido Pinheiro, que eram irmãos, adquirem a Fazenda São Luís, e, logo depois, chegam outros familiares seus, como Antero Loureiro de Almeida, Militão Loureiro de Almeida, Afonso Loureiro de Almeida, João Loureiro de Almeida, Salvador Loureiro de Almeida e outros.

No entanto, creio que a primeira presença física, no local onde hoje está a cidade de Bela Vista, foi representada pelo Posto Militar de Bela Vista criado pela Ordem do Dia n. 1.042, de 28 de abril de 1874, que criou o 2.° Batalhão da Artilharia a Pé, que tinha parada em Corumbá.

Na realidade a povoação de Bela Vista teve início poucos anos após o término da Guerra do Paraguai, tanto assim que, já no ano de 1886, foi fundada uma Loja Maçônica sob orientação de militares, possivelmente o comandante do Posto Militar, e integrada por residentes do local, pois, como é sabido, para criar uma loja maçônica são necessárias, no mínimo, 7 pessoas, e, para formar um triângulo, pelo menos três.

A povoação de Bela Vista teve crescimento rápido para a época e, no ano de 1900, é elevada a categoria de distrito. Por lei de 3 de outubro de 1908 é elevada a categoria de município. A 20 de julho de 1910, por lei estadual, é criada a comarca de Bela Vista. A 16 de julho de 1918 é declarada como cidade.

Segundo João Antônio José Maria Caporossi, que foi prefeito municipal de 1937 a 1947, a nossa cidade adotou o nome de Bela Vista, que era dado àa região muito antes de sua fundação.

Na minha infância, ouvi muitas vezes repetir que a região onde foi localizada a cidade era composta de campos limpos, sem qualquer arborização, formando uma imagem grandiosa e de rara beleza, pelo que lhe foi dado o nome de Bela Vista.

Talvez, devido a esse panorama de rara beleza, é que o local foi escolhido, pelos pioneiros, para sede de sua cidade.

Possivelmente, por esse mesmo fato foi que os espanhóis, comandados pelo capitão Juan Caballero, o escolheram para fundar o Forte São José, no ano de 1801.

(BELA VISTA – UMA VIAGEM AO PASSADO)

Os Guaicurus

Francisco Rodrigues do Prado

As famílias vivem em casas portáteis, cobertas de esteiras de uma espécie de junco, abertas pelos lados. Quando chove a esteira começa a vazar; esfregam-na por dentro com vassouras, e assim vedam de alguma sorte a água. Dormem sobre a pele de animais e dous pequenos feixes de palhas. As mulheres fazem travesseiros, e cobrem-se com o pano e com esteiras feitas de entrecasca de certas árvores ou couros de veados. Comem todos os animais silvestres, jacarés, sucuris, e todos os pescados e sevandijas; castanhas, palmitos, e algumas batatas bravias, tudo assado ou cozinhado com bastante sordície, sem outro tempero que o que lhes dá a fome.

Nesta miserável vida vivem satisfeitos, sem apetecerem as delícias de Cápua, nem os tesouros de Creso. As moças não comem muitos animais que os homens, as velhas e as meninas comem. Os homens cuidam na caça e na pesca, em tirar carandás e palmitos, nos cavalos e na guerra: as mulheres fiam algodão, tecem panos e cintas, fazem cordas, louça e esteiras.

No mister da cozinha são ocupados os dous sexos igualmente: comem quatro ou cinco vezes desde que nasce o sol até que é posto, e passam toda a noite sem comer. Os intervalos de uma a outra comida levam-nos no regaço das mulheres; e elas se ocupam em arrancar-lhes os cabelos da barba, das sobrancelhas e pestanas, e em pintar-lhes o rosto e o corpo; outras vezes os maridos fazem às mulheres os mesmos serviços. São fiéis e verdadeiros nos seus contratos.

Quando a noite é clara, ajuntam-se os rapazes e raparigas a brincarem na frente de seus pobres toldos. Brilha nos divertimentos uma cândida alegria, tendo eles alguma cousa de ferozes, como vou descrever.

Seis homens forçosos pegam em um pano daqueles em que se envolvem as mulheres e, estendido, mandam assentar-se em cima um menino;

depois começam a sacudir o pano, e todos dão a um tempo sacudimentos, impelido dos quais vai o rapaz aos ares com suma violência, e com a mesma volta abaixo, caindo sobre o pano na posição que sucede; e ao mesmo tempo torna a ir acima, movendo a um coração humano mais lástima que divertimento. As mulheres, pegando umas nas mãos das outras, fecham um círculo, e depois sai uma a correr em roda com muita ligeireza; no meio da carreira uma das do círculo, estendendo um pé para trás, embaraça a outra e a faz às vezes levar lastimosa queda; a que cai vem para o lugar da que a derrubou, e esta vai levar um tombo talvez ainda maior.

Algumas vezes dividem-se as mulheres em dous bandos, e de cada um deles sai uma a descompor de razões ao outro bando, e aquela que diz mais nomes injuriosos fica vencedora e aplaudida por grandes risadas. Depois passam ao pugilato, com o qual os homens acabam as suas contendas, e jamais usam de armas nas brigas domésticas.

Nenhum uso fazem do canto, mas ao ouvirem os portugueses cantar com melodia ficam quase extáticos; e nos cantos saudosos muitas vezes as mulheres deixam correr lágrimas: tal o poder da música, inda naqueles povos em que só obra pelo estímulo do ouvido!

Nas festas, correm cavalhadas; as mulheres que são asseadas botam sobre pequenos feixes de palha, que lhes servem de sela, um pano de cinco palmos em quadra, pintado de contas e conchas, o qual serve de xairel e capeladas; a cabeçada é toda guarnecida de pedaços de arame de bacia, que tem três dedos de largura, com guizos e uma chapa de prata na testeira.

Como não usam de estribos, na ação de montar a cavalo a mulher pega nas crinas, e ergue o pé esquerdo para trás, e o marido segurando-lhe no pé a ajuda a cavalgar. Os homens andam em pêlo; e juntos os dous sexos, correm ora em uma fileira, ora em duas, fazendo algumas escaramuças; e correndo parelhas, acabam a função acompanhando um que aparece em figura grotesca. Os outros brinquedos são algumas vezes com asas de pássaros nas mãos, parecendo querer imitar os perus; em outras, com as mãos no chão investem como touros, ou saltam como sapos; em todos aturam pouco tempo, e neles esmeram-se mutuamente os dous sexos por agradar um ao outro; pelo que devemos crer que o galanteio nasce com todos os povos.

(HISTÓRIA DOS ÍNDIOS CAVALEIROS OU DA NAÇÃO GUAICURU – 1795)

Senhorinha Barbosa Lopes

Wilson Barbosa Martins

A comitiva dos Barbosa, que tinha saído de Piumhi e chegara a Franca, agora se dirigia para Santana do Paranaíba, mas tinha como objetivo final atingir os belos campos da Vacaria, no planalto da serra de Maracaju.

Em 1837, nela despontavam dois jovens – Senhorinha e Gabriel Francisco. Eram os mais felizes da jornada, porque estavam tocados, não só pelo entusiasmo que animava a todos, mas também pela simpatia que nutriam um pelo outro e que os levou ao casamento, realizado pelo pároco da localidade. Gabriel Francisco pertencia à família Lopes e era irmão de José Francisco e Joaquim Francisco, os três desbravadores dos sertões de então.

De todos, foi Gabriel Francisco quem primeiro percorreu a nossa região, em busca de terras apropriadas para o pastoreio, o que soube fazer melhor que ninguém. Foi ele também quem procurou por toda a parte a legendária cidade de Xerez, acreditando tê-la encontrado na margem esquerda do Aquidauana.

Os Barbosa, alojados temporariamente em Santa Rita do Pardo, tomaram conhecimento dos relatos de Gabriel e com este, sob a chefia de Antônio, Inácio e Francisca Barbosa, transferiram-se, por volta de 1844, para o coração da Vacaria, assim chamados o rio e toda sua região.

Na fazenda Lageado, estacaram e passaram a examinar tudo o que havia ao redor: terras, matas, capões, cerrados, águas e pastagens. Ficaram embevecidos com o que viam e queriam se apossar desse mundo novo que lhes surgia pela frente. O mais velho de todos, Antônio Gonçalves, pai de Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa, cuja mãe se chamava Maria Vitória de Jesus, apossou-se da Fazenda Boa Vista, próxima de Rio Brilhante, e Inácio Gonçalves Barbosa preferiu ficar com as terras da Passatempo, a melhor das áreas, não só em águas, mas em terras.

João Gonçalves Barbosa decidiu caminhar mais e foi afazendar-se embaixo da serra, nas proximidades de Bonito. Não teve sorte, porém; foi assassinado com a família pelos índios.

Antônio Gonçalves Barbosa, seguido pelo genro Gabriel Francisco, transferiu-se para baixo da serra e fundaram a Fazenda Jardim, junto à cidade do mesmo nome.

Mais que os Barbosa, os Lopes eram andarilhos, queriam ver tudo, em toda parte. Não demorou muito e Gabriel Francisco, acompanhado da mulher, a valente sertaneja Senhorinha, fez nova posse no Apa, mas acabou sendo assassinado ali por dois escravos.

Na guerra que Francisco Solano Lopes deflagrou contra o Império, Senhorinha, três filhos menores e dois escravos foram capturados por uma patrulha guarani. Seu resgate ocorreu graças ao trabalho enérgico de nosso representante em Assunção. (Mario Monteiro de Almeida, EPISÓDIOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL, cap. 17).

A esse tempo, já era casada com José Francisco Lopes, irmão de Gabriel, o qual se notabilizou como guia das forças brasileiras que chegaram até Laguna, de onde fizeram a célebre retirada.

Senhorinha foi homenageada pelo povo de Bela Vista, que deu seu nome a uma das ruas da cidade, localizada no bairro Antônio João. Foi também madrinha do 10.° Regimento de Cavalaria Mecanizado.

Na queda do Império e conseqüente Proclamação da República, recebeu grande prova de estima pública, empunhando a nova Bandeira Nacional.

De sua união com o segundo marido, ficaram os filhos: Isabel Porcina, casada com Clemente Gonçalves Barbosa, Fausta Felisbina, casada com Manoel Silvestre Loureiro, João Lopes, Pedro José Lopes, José Lopes e Bernardino Francisco Lopes.

Faleceu Senhorinha em 26 de janeiro de 1913, com 98 anos, e foi sepultada em Bela Vista, conforme certidão publicada por Sydney Nunes Leite no livro em que presta homenagem a essa cidade.

Quando ingressei no Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, escolhi a cadeira que tem por titular Senhorinha, tal a estima e admiração que lhe devoto.

Quadro dos sócios efetivos da Academia

Cadeira	Patrono	Titular
1	Nicolau Fragelli	Hernâni Donato
2	D. Francisco de Aquino Correia	Ângelo Venturelli
3	Ulisses Serra	Heliophar Serra
4	Joaquim Duarte Murtinho	Guimarães Rocha
5	José Ribeiro de Sá Carvalho	Enilda Mongenot
6	Arnaldo Estêvão de Figueiredo	*vaga*
7	José Barnabé de Mesquita	Américo F. Calheiros
8	Itúrbides Almeida Serra	Raquel Naveira
9	Mal. Mascarenhas de Morais	Frei Gregório de Pr. Alves
10	Argemiro de Arruda Fialho	José Fragelli
11	José V. Couto de Magalhães	José Couto Vieira Pontes
12	Mal. Cândido M. da S. Rondon	*vaga*
13	Estêvão de Mendonça	*vaga*
14	Severino Ramos de Queirós	Jorge Antônio Siúfi
15	Pandiá Calógeras	Paulo Corrêa de Oliveira
16	Rosário Congro	Acyr Vaz Guimarães
17	Eduardo Olímpio Machado	*vaga*
18	Aguinaldo Trouy	Abrão Razuk
19	João Guimarães Rosa	Maria da Glória Sá Rosa
20	Visconde de Taunay	*vaga*
21	Arlindo de Andrade Gomes	Reginaldo Alves Araújo
22	Vespasiano Martins	Oliva Enciso
23	Sabino José da Costa	Rui Garcia Dias
24	Lobivar de Matos	Arassuay Gomes de Castro
25	Arnaldo Serra	Zorillo de Almeida Sobrinho
26	Pedro Medeiros	Adair José de Aguiar
27	Antônio João Ribeiro	Lélia R. de F. Ribeiro
28	Raul Machado	Augusto César Proença
29	Elmano Soares	José Pedro Frazão

30	Otávio Cunha Cavalcânti	Hélio Serejo
31	Henrique Cirilo Correia	Hildebrando Campestrini
32	Weimar Torres	Abílio Leite de Barros
33	Ovídio Correia	Flora Egidio Thomé
34	Tertuliano Meireles	Altevir Alencar
35	Múcio Teixeira	Rubenio Marcelo
36	Frânklin Cassiano da Silva	Lucilene Machado
37	Padre José Valentim	Francisco Leal de Queiroz
38	Enzo Ciantelli	*vaga*
39	João Tessitori Júnior	Geraldo Ramon Pereira
40	Lima Figueiredo	*vaga*

Diretoria (2003-05)

Presidente: Reginaldo Alves de Araújo.
Secretário-Geral: Rubenio Marcelo.
Secretário: José Pedro Frazão.
Tesoureiro: Guimarães Rocha.
Segundo tesoureiro: Augusto César Proença.